

CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL - UNINTER
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

PÂMELA IEDA CONCEIÇÃO MUNIZ
RU 1539008

GESTÃO NO SERVIÇO SOCIAL: O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL NA
GESTÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS EM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL
NO MUNICÍPIO DE BAGÉ/ RS

BAGÉ/ RS
2022

PÂMELA IEDA CONCEIÇÃO MUNIZ

**GESTÃO NO SERVIÇO SOCIAL: O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL NA
GESTÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS EM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL
NO MUNICÍPIO DE BAGÉ/ RS**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado à disciplina e Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso - OTCC, do curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Internacional UNINTER, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel.

Orientador(a): Prof^a Esp. Maria Andrea Dias

BAGÉ

2022

PÂMELA IEDA CONCEIÇÃO MUNIZ - RU 1539008

**GESTÃO NO SERVIÇO SOCIAL: O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL NA
GESTÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS EM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL
NO MUNICÍPIO DE BAGÉ/ RS**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, apresentado à disciplina de Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso - OTCC, do curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Internacional UNINTER / Curitiba-PR, como requisito final para a obtenção do título de Bacharel.

Aprovado em: ____ de _____ de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Professor 1 (Titulação e nome completo)

Instituição 1

Professor 2 (Titulação e nome completo)

Instituição 2

Dedico este trabalho à minha família, em especial
à minha amada mãe, minha melhor amiga, minha razão de viver,
por tanto amor, cuidado e confiança dispensados a mim.

Ofereço essa conquista à grande força que move minha existência,
ao Orixá que rege minha vida, Xangô Agandjú Omílunã,
por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo desse período
com saúde, perseverança, equilíbrio e determinação.

Sem isso, eu não teria chegado até aqui.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço meus familiares, amigos e amigas que me incentivaram nos momentos difíceis, e compreenderam a minha ausência enquanto me dedicava à realização deste trabalho.

Agradeço as assistentes sociais, Tutora Esp. Simonia Pureza Leal, que muito me incentivou e que, com seu conhecimento, enriqueceu meu processo de aprendizado ao longo da graduação, e a minha orientadora, Prof.^a Esp. Maria Andrea Dias, por suas valiosas correções, que me permitiram apresentar um melhor desempenho.

Agradeço ao PIC- Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Internacional- UNINTER, do qual venho participando como pesquisadora voluntária, na pessoa da Prof.^a Dra. Cleci Elisa Albiero que acolheu com sensibilidade, respeito e responsabilidade meu interesse pela prática investigativa, buscando contribuir com o aperfeiçoamento da minha experiência acadêmica.

Agradeço ao Conselho Municipal de Assistência Social de Bagé, que acolheu tão prontamente o projeto de pesquisa, viabilizando nossa aproximação com as entidades locais, e as Organizações da Sociedade Civil- OSCs envolvidas no estudo, que se abriram para a proposta e legitimaram a investigação, com vistas na qualificação das práticas gerenciais de suas instituições.

Meu agradecimento especial as Assistentes Sociais que, sem hesitar, responderam ao questionário da pesquisa, se dispondo a revelar particularidades do cotidiano de trabalho e reafirmando o compromisso com a formação acadêmica de novos profissionais, a partir da leitura e reflexão da prática, nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais.

A todos e todas de que algum modo se envolveram com a realização e conclusão deste trabalho, obrigada!

*No mais profundo da crise por que passam as nossas sociedades,
diante da imensidão dos problemas, subsiste uma esperança.
(TÉVOÉDJRÈ, 1978, p. 139)*

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso é resultado da aproximação estabelecida com a temática da Gestão no Serviço Social. Buscou através do objetivo geral, conhecer o papel do Assistente Social na gestão de Serviços Sociais ofertados em Organizações da Sociedade Civil do Município de Bagé/RS. A metodologia utilizada para a construção do trabalho versou sobre a aplicação de questionário eletrônico, semiestruturado, com questões abertas e fechadas. Ao final, os dados foram tabulados e analisados à luz do referencial teórico. Acerca do papel do assistente social na gestão de serviços sociais, foi pontuada a relativa autonomia a que é submetido este profissional, quando a realização de seu trabalho cotidiano. O engessamento da gestão institucional, a dependência da decisão de instâncias superiores (conselho administrativo, por exemplo) imprime significativa limitação sobre a atuação deste profissional. Com isso, não consegue incidir na ampliação dos serviços, nem tão pouco, dar visibilidade ao Setor de Serviço Social, dentro da instituição. Ainda sugerem a necessidade de uma urgente mudança de paradigma, com relação ao modo como a gestão vê o profissional assistente social (estereótipos). Para além do alcance do objetivo geral e dos objetivos específicos deste trabalho, fica como legado, o levantamento de inúmeras outras questões acerca da atuação dos assistentes sociais, a serem aprofundadas, tendo em vista a produção de conhecimento sobre a realidade local e o fomento a uma consciência e prática profissional, críticas.

Palavras-chave: Gestão no Serviço Social. Assistente Social. Organizações da Sociedade Civil.

ABSTRACT

This Course Conclusion Work is the result of the approach established with the theme of Management in Social Work. sought through the general objective, to know the role of the Social Worker in the management of Social Services offered in Civil Society Organizations in the Municipality of Bagé/RS. The methodology used for the construction of the work was about the application of an electronic, semi-structured questionnaire, with open and closed questions. At the end, the data were tabulated and analyzed in the light of the theoretical framework. Regarding the role of the social worker in the management of social services, the relative autonomy to which this professional is subjected when carrying out his daily work was highlighted. The immobilization of institutional management, the dependence on the decision of higher levels (administrative council, for example) imposes a significant limitation on the performance of this professional. As a result, it is not able to influence the expansion of services, nor to give visibility to the Social Service Sector within the institution. They also suggest the need for an urgent paradigm shift, regarding the way management sees the social worker professional (stereotypes). In addition to reaching the general objective and the specific objectives of this work, it is left as a legacy, the survey of countless other questions about the performance of social workers, to be deepened, with a view to the production of knowledge about the local reality and the promotion of a critical conscience and professional practice.

Keywords: Management in Social Work. Social Worker. Civil Society Organizations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1- Distribuição das OSCs de Assistência Social, por tipo de serviço prestado, Brasil, 2020.....	21
Gráfico 2- Distribuição das OSCs com CNPJ ativo, por área de atuação, Bagé/RS, 2020.....	22
Gráfico 3- Distribuição das OSCs por área de atuação, segundo o registro do número de pessoas ocupadas- vínculo empregatício, Bagé/RS, 2020.....	23
Quadro 1- Distribuição do grupo focal da pesquisa	32
Gráfico 4- Distribuição das assistentes sociais, por OSC pesquisada.....	34
Gráfico 5- Distribuição das assistentes sociais por gênero e orientação sexual	35
Gráfico 6- Distribuição das assistentes sociais por grupo étnico.....	36
Gráfico 7- Distribuição das assistentes sociais, segundo o perfil da graduação e pós-graduação.....	37
Gráfico 8- Distribuição das assistentes sociais segundo o tempo de atuação nas OSCs..	38
Gráfico 9- Distribuição das assistentes sociais segundo carga horária semanal de trabalho e faixa salarial.....	38
Gráfico 10- Distribuição das assistentes sociais por área de atuação nas OSCs....	39
Gráfico 11- Distribuição das assistentes sociais, segundo Serviços Sociais prestados nas OSCs.....	40
Quadro 2- Distribuição das assistentes sociais segundo a forma de atuação nas OSCs.....	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada
ONGs	Organizações Não-Governamentais
OSCs	Organizações da Sociedade Civil
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
ONU	Organização das Nações Unidas
MROSC	Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil
PCD	Pessoa com Deficiência
SESI	Serviço Social da Indústria

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL.....	16
2.1	O SURGIMENTO E A EXPANSÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL.....	16
2.2	O PERFIL DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL.....	19
3	GESTÃO NO SERVIÇO SOCIAL.....	24
3.1	ASSISTENTES SOCIAIS E OS ESPAÇOS SÓCIO- OCUPACIONAIS.....	25
3.2	GESTÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS.....	27
3.2.1	Gestão Social.....	28
3.2.2	Serviços Sociais.....	29
3.2.3	População atendida nos Serviços Sociais.....	30
4	PESQUISA O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS EM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO MUNICÍPIO DE BAGÉ- RS.....	31
4.1	ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA DE CAMPO.....	31
4.2	APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	33
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
	REFERÊNCIAS.....	45
	APÊNDICE A- ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS(ÀS) ASSISTENTES SOCIAIS.....	49
	APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIMENTO.....	55

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso é resultado da aproximação estabelecida com a temática da Gestão no Serviço Social. De acordo com Medeiros e Sviercoski (2020) afirmam que o assistente social “pela sua formação, não apenas executa ações diretas com os usuários dos serviços, mas também planeja, implementa e avalia ações no trabalho de gestão” (MEDEIROS, SVIERCOSKI, 2020, p. 110), da mesma forma q o acompanhamento de projetos e programas sociais.

Todavia, ainda é possível encontrar em espaços sócio-ocupacionais assistentes sociais que lançam mão da realização de atividades voltadas à gestão institucional, em detrimento do atendimento aos usuários dos serviços. Nestes casos, priorizam a realização de atendimentos pontuais, “encaminhamentos”, enquanto avoluma-se a inexpressividade que o envolvimento com a execução de determinadas atribuições privativas e competências técnicas, tem. Segundo lamamoto, o Serviço Social é regulamentado como “uma profissão liberal, dispondo de estatutos legais e éticos que contribuem para uma autonomia teórico-metodológica, ética-política e técnica-operativa” (IAMAMOTO, 2017, p. 21) do profissional em seu campo de trabalho.

Como isso, o assistente social soma-se à categoria dos trabalhadores assalariados, vendendo sua força de trabalho para viabilizar seus meios de subsistência. lamamoto destaca que

a objetivação dessa força de trabalho qualificada enquanto atividade (e/ou trabalho) ocorre no âmbito de **processos e relações de trabalho, organizados por seus empregadores, que detêm o controle das condições necessárias à realização do trabalho profissional**. Assim, as alterações que incidem no chamado “mundo do trabalho” e nas relações entre o Estado e a sociedade - que têm resultado em uma radicalização da questão social -, atingem diretamente o trabalho cotidiano do assistente social (IAMAMOTO, 2017, p.21, grifo nosso).

E acrescenta que

embora o assistente social disponha de uma relativa autonomia na condução de seu trabalho – o que lhe permite atribuir uma direção social ao exercício profissional - **os organismos empregadores também interferem no estabelecimento de metas a atingir. Detêm poder para normatizar as atribuições e competências específicas requeridas de seus funcionários, definem as relações de trabalho e as condições de sua realização** – salário, jornada, ritmo e intensidade do trabalho, direitos e benefícios, oportunidades de capacitação e treinamento, o que incide no conteúdo e nos resultados do trabalho (IAMAMOTO, 2017, p.22, grifo nosso).

Desta forma, os assistentes sociais passam a se sujeitar às mesmas formas de tratamento a que se submetem os demais trabalhadores, àqueles a quem destinam suas ações. As implicações do mundo do trabalho tendem a serem as mesmas para todos que a ele se sujeitam, razão pela qual os empregadores dos assistentes sociais controlam todas as dimensões da relação de trabalho, disponibilizando ou restringindo os recursos necessários a realização de suas atividades profissionais, bem como, interferindo no estabelecimento de metas e objetivos.

Guerra et al. (2007) em complementação à lamamoto (2017), relata que o contexto salarial observado na segunda metade do século XX ilustra um movimento de desestabilização financeira mundial, instabilidade nos postos de trabalho e significativa redução nos níveis de proteção social. Com isso,

precarização do emprego e o crescimento do desemprego correspondem a um déficit de lugares ocupáveis na estrutura social: trabalhadores com cinquenta anos ou menos que não têm lugar no processo produtivo; jovens que buscam o primeiro emprego e que acumulam experiências em estágios e pequenos serviços; desempregados que se requalificam, sem resultado, ou seja, o déficit de lugares, leva a presença na sociedade atual de um perfil de pessoas que podem ser consideradas “inúteis para o mundo”. Há assim, um processo de vulnerabilidade social, que tem como consequência o desemprego e a desfiliação (GUERRA et al, 2007, p. 6).

E é nesse contexto de precarização das relações de trabalho, adaptabilidade aos regramentos estabelecidos pelos empregadores, tensionamentos para a destituição da finalidade social do trabalho do assistente social que emerge dos espaços sócio ocupacionais uma nova manifestação da questão social: precarização da prática profissional do assistente social em detrimento da subjugação ao seu empregador.

Deste modo a subjugação ao mundo do trabalho e a instituição do assalariamento como forma de relação socialmente cabível se evidenciam, e mostram que empregadores exercem considerável controle sobre as dimensões da execução do trabalho técnico social, disponibilizando ou restringindo os recursos necessários à realização do trabalho dos assistentes sociais, bem como, estabelecendo a área de atuação, o foco, as metas e objetivos.

Fischer (2002), apud Oliveira et al. (2010), define gestão social como "gestão do desenvolvimento social", espaço favorável para a reflexão da prática e do conhecimento produzido juntos a diferentes atores. O mesmo autor ainda acrescenta que a cidadania deliberativa é peça propulsora desse processo, o que significa "[...]

em linhas gerais, que a legitimidade das decisões deve ter origem em processos de discussão orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum" (TENÓRIO, 2008, p.160, apud OLIVEIRA, 2010).

Na adoção deste modelo de gestão, abre-se espaço para que os assistentes sociais protagonizem significativas mudanças nos espaços sócio ocupacionais. Assim, a subjugação que encontra terreno fértil em uma estrutura de gestão verticalizada, depara-se com a horizontalidade proposta pela gestão social, favorável ao exercício profissional do assistente social nas Organizações da Sociedade Civil. Assim, a investigação procurou responder à seguinte indagação: Qual o papel do Assistente Social na gestão de Serviços Sociais ofertados por Organizações da Sociedade Civil do Município de Bagé/RS?

Para responder ao problema de pesquisa, buscou através do objetivo geral, conhecer o papel do Assistente Social na gestão de Serviços Sociais ofertados em Organizações da Sociedade Civil do Município de Bagé/RS. De modo específico, conhecer a formação sócio-histórica das Organizações da Sociedade Civil, descrever o processo de trabalho do Assistente Social e os espaços sócio-ocupacionais neste contexto, bem como, analisar a pesquisa sobre o papel do Assistente Social na gestão de serviços sociais no município de Bagé/ RS.

Este projeto de conclusão justifica-se pela necessidade de se conhecer o papel do Assistente Social no campo da gestão de Serviços Sociais ofertados por OSCs no município de Bagé, face à prerrogativa das competências e atividades privativas da profissão, estabelecidas através da Lei Federal n.º 8.662/ 1993. Propõe-se suscitar, tanto na academia como na sociedade, reflexões sobre a prática profissional e os processos de trabalho, oportunizando a produção de conhecimentos que venham a qualificar o processo formativo do assistente social, bem como, o enfrentamento às manifestações da questão social.

O estudo em tela é do tipo qualitativo descritivo, quando se “busca relatar ao máximo algum tema ou assunto que já recebeu diversas análises” (VERONEZE, 2020, p. 163), realizado à luz da Teoria Crítica Marxista, que segundo Netto (2004 apud Medeiros e Sviercosk 2020), consiste em trazer ao centro da análise os conhecimentos adquiridos, seus condicionantes e limites, relacionando-os com os processos históricos.

A primeira parte da pesquisa teve foco na revisão bibliográfica e a segunda, na pesquisa de campo para a realização de levantamento de dados, ou seja, “constitui uma ação permanente, desde a revisão teórica realizada na pesquisa até a análise dos dados” (MEDEIROS, SVIERCOSK, 2020, p. 172). Compreendida por Veroneze (2020), como a consulta a obras, artigos, dissertações, entre outras fontes, a revisão bibliográfica busca saber o que já foi publicado sobre o objeto de análise. Utilizou-se o método da revisão sistemática para a seleção das fontes de verificação.

Já a pesquisa de campo, segundo Marconi e Lakatos (2007), tem por finalidade levantar informações acerca de determinado problema, para o qual se procura resposta, sobre uma hipótese que se queira confirmar, ou mesmo para a descoberta de novos fenômenos. De acordo com Minayo (2008 apud VERONESE, 2020, p. 177) “o trabalho de campo permite a aproximação do pesquisador com a realidade sobre a qual formulou uma pergunta”, destacando a relevância que este método tem para o estabelecimento de relação entre o pesquisador e os sujeitos do estudo.

Assim, realizou-se levantamentos por meio da “solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados” (GIL, 1946, p. 50), fazendo deste modo surgir uma amostra de determinado resultado, que poderá ser projetada para todo o universo pesquisado. Por meio da aplicação de questionário eletrônico, semiestruturado, com questões abertas e fechadas, foram levantadas informações acerca do cotidiano profissional dos(as) assistentes sociais das OSCs. O levantamento abrangeu organizações da sociedade civil que atuam no Município de Bagé/ RS, que estivessem com o cadastro ativo junto ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no ano base de realização do estudo (2022).

Ao final os dados foram verificados e tabulados à luz do referencial teórico, ocorridos através da análise de conteúdo, uma técnica de estudo que versa sobre a descrição e interpretação de todas as fontes de pesquisa, sejam elas verbais, documentais ou de audiovisual. Com isso, abre-se uma janela de oportunidades para que

o pesquisador, nas suas observações de modo mais sistemático- seja qualitativa, seja quantitativamente-, possa dar um novo sentido à pesquisa

e, desse modo, alcançar uma abordagem que ultrapasse a leitura superficial (MEDEIROS, 2020, p. 206).

Deste modo, a análise de conteúdo torna-se algo para além de uma mera técnica, pois ultrapassa a descrição do que se observa, para atentar para uma fundamentação teórica e prática do cotidiano investigado.

A investigação em tela vincula-se à Escola Superior de Saúde, Biociência, Meio Ambiente e Humanidades do Centro Universitário Internacional- UNINTER, TEMAS CONTEMPORÂNEOS, DIVERSIDADE E SUSTENTABILIDADE “[...] As organizações da sociedade civil – o terceiro setor no enfrentamento das necessidades societárias: espaço de trabalho e instrumento político. O Serviço Social na iniciativa privada. As variantes da inclusão social na complexidade do mundo contemporâneo [...]”. Curitiba, (2022, p. 21).

Assim, principia-se, no Capítulo 1, uma síntese da trajetória histórica e o perfil das organizações da sociedade civil no Brasil.

No Capítulo 2 buscou-se trazer uma síntese das principais frentes de trabalho com as quais se deparam os assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais, uma abordagem acerca da Gestão no serviço social, bem como seus desdobramentos na gestão de serviços sociais.

No Capítulo 3, são apresentados os aspectos metodológicos da pesquisa de campo e os dados levantados, analisados à luz do referencial teórico.

Boa leitura a todos e todas!

2 ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

As organizações da sociedade civil no Brasil, ainda que não diferentemente de outros lugares do mundo, têm um histórico de atuação juntos as parcelas mais vulneráveis da população, buscando junto a estes grupos garantir direitos dos quais estejam sendo privados. É nesse contexto de atuação frente às manifestações da questão social, que historicamente assistentes sociais se inserem como será apresentado neste capítulo.

2.1 O SURGIMENTO E A EXPANSÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL

Ainda que não se tenha na história brasileira um marco temporal para o surgimento das OSCs, é sabido que este feito está atrelado ao estabelecimento de relação entre Igreja Católica e Estado Brasileiro, no contexto do atendimento às demandas sociais, sob o prisma do assistencialismo e caridade, segundo pontua SANTOS (2022).

Contudo, foi no século XX, durante o governo Vargas (década de 30) que iniciativas formais passaram a ser estabelecidas entre o Estado e as organizações privadas, conforme destaca a autora ao referir-se a Costa e Gohn:

(...) ações de atenção às necessidades da população, como as organizações que atendiam demandas públicas como a saúde, trabalho realizado pelas tradicionais Santas Casas de Misericórdia (...) as quais, inicialmente, constituíam parcerias entre Igrejas, Estado e a Sociedade Civil e hoje integram o rol de entidades que fazem parte das OSCs (COSTA, 2005; GOHN, 2013 apud SANTOS, 2022, p. 37).

O processo de reconhecimento à necessidade de organização coletivos de pessoas, interessadas em contribuir com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, teve início ainda na década de 60, no curso da ditadura militar. As décadas seguidas- 60, 70 e 80 foram marcadas pela instituição da Ditadura Cívico-Militar no Brasil, e concomitantemente, pela emergência de movimentos sociais em prol da organização da sociedade civil, com vistas a oposição ao regime que se instaurou (GOHN, 2013 apud SANTOS, 2022).

O advindo do Ato Institucional n.º 5, fez com que as condições de sobrevivência de grande parte da população passassem a ser mínimas por conta da ferocidade com que foi impressa a “suspensão dos direitos civis, perseguição,

prisão, tortura e assassinato da aqueles se se opunham contra o regime militar e suas ideologias” (GOHN, 2019 apud SANTOS, 2022, p. 37). Nesse contexto, emerge do tecido social brasileiro o uso do termo ONG- Organização Não-governamental para designar as associações privadas sem fins lucrativos de militância político- ideológica com viés de enfrentamento à Ditadura Militar. Faziam questão de enfatizar o uso do termo “não- governamentais” com o propósito desconstruir qualquer possibilidade de vinculação com a política governamental antidemocrática da época, segundo relatado por Santos (2022).

Segundo Carvalho (2004) destaca que o estabelecimento das organizações que compõem o chamado Terceiro Setor no Brasil deu-se entre as décadas de 70 e 80, e foi influenciado por dois fatores: de um lado a ascensão do direito da população a acessar bens e serviços, e do outro a incapacidade do Estado de prover esses direitos. E acrescenta que, muitos são os autores que destacam a importância do Terceiro Setor, contudo busca diferenciar o “primeiro setor (Estado), de finalidade pública, e do segundo setor (Mercado), de finalidade privada” (CARVALHO, 2004, p. 19) e que o referido termo é alvo de muitas discussões. No entanto, ressaltamos que não cabe a este estudo aprofundar a discussão sobre essa terminologia.

Historicamente, OSCs brasileiras recebiam financiamento de entidades e órgãos externos, conforme destaca Cordeiro (2013)¹:

organizações doadoras internacionais tiveram o Brasil como um de seus focos de financiamento para avançar agendas de direitos e de mudança social. Muitas delas (...) estabeleceram escritórios no Brasil ao longo dos anos 1980 e 1990. Entretanto, várias mudanças de relação com o Brasil fizeram com que muitas dessas organizações encarassem uma situação de fechamento de seus escritórios e de mudanças nas suas estratégias para com o Brasil. Algumas se retirando do país, outras mudando a forma de atuação no país (CORDEIRO, 2013, p. 18).

Na busca pela redemocratização do país, retomada e promoção de direitos, coletivos populares passaram a se estabelecer na forma de associações privadas, sem fins lucrativos, tendo em vista angariar fundos para a consecução de seus objetos. As lutas travadas nas décadas de 70, 80 e 90 foram determinantes para o estabelecimento do marco regulatório das organizações da sociedade civil, como se

¹ Autor de *Por uma nova Arquitetura de Apoio à Sociedade Civil Brasileira: desafios e oportunidades reais para um processo em construção*. In: ALVES et al, 2013. *Arquitetura Institucional de Apoio às Organizações da Sociedade Civil no Brasil*. FGV/ PGPC, ISBN 970-85-87426-22-2. São Paulo, 2013, p. 17 a 23 (ALVES et al, 2013).

conhece hoje.

Em face desse processo e do redesenho dos fluxos de recursos para investimento no desenvolvimento, promoção e defesa de direitos (MENDONÇA et al², 2013), o Brasil deixa de ser um mero recebedor de recursos internacionais por intermédio das OSCs e passa a ser, em meio a muita pressão para tal, mais atuante e até mesmo doador (CORDEIRO, 2013). Desse modo, a relação entre o Estado e as OSCs, passa a sofrer grandes mudanças (MENDONÇA et al, 2013).

Até a década de 90, a expressão mais utilizada para designar este segmento da sociedade era Terceiro Setor, contudo, o passar dos anos fez se estabelecer a expressão OSCs- Organizações da Sociedade Civil, a ser utilizada quando indicação deste segmento da sociedade.

Desta forma, se destacasse a primeira que foi a promulgação da Carta Magna, em 1988, que conferiu reconhecimento a existência e legitimou a atuação das OSCs:

Os desdobramentos dos efeitos da Constituição de 1988, com a implementação de princípios de descentralização e participação em políticas públicas, promoveram a profusão dos diversos conselhos de políticas públicas nos níveis subnacionais, por meio dos quais as OSCs passaram a exercer, de forma mais institucionalizada, seu papel *advocacy* e controle social (MENDONÇA et al, 2013, p.27).

A segunda grande mudança se estabeleceu “fruto das discussões que emergiram sobre o papel da sociedade civil (tratada de forma ampla como Terceiro Setor) num momento de forte disputa ideológica sobre os limites da atuação do Estado em diversas áreas, sobretudo na área social” (ALVES, 2004 apud MENDONÇA et al, 2013, p. 27). Desse modo, em 23 de março de 1999, foi instituído um marco regulatório para as OSCs, criado através da Lei Federal n.º 9790- Lei das OSCIPs³.

No entanto, de acordo com Segatto (2013)⁴, o que era pra ter sido um ato que revolucionaria a relação entre governo e OSCs, não encontrou legitimidade entre

² Autores de *Quadro geral da Arquitetura de Apoio às OSCs: tendências e reflexões*. In: ALVES et al, 2013. *Arquitetura Institucional de Apoio às Organizações da Sociedade Civil no Brasil*. FGV/ PGPC, ISBN 970-85-87426-22-2. São Paulo, 2013, p. 25 a 41 (ALVES et al, 2013).

³ Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências (BRASIL, 1999, p. 01).

⁴ Autora de *O espaço das Organizações da Sociedade Civil de Defesa de Direitos na relação Governo-Sociedade no Brasil*. In: ALVES et al, 2013. *Arquitetura Institucional de Apoio às Organizações da Sociedade Civil no Brasil*. FGV/ PGPC, ISBN 970-85-87426-22-2. São Paulo, 2013, p. 145 a 165. (ALVES et al, 2013).

seus partícipes, uma vez que os problemas ocasionados em razão da rigidez na execução dos recursos, continuava. A mesma autora ainda acrescenta que apesar de algumas inadequações do dispositivo, houve avanços.

Foi a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais- ABONG quem protagonizou nos anos de 1995 e 1996 os debates que resultaram na aprovação da Lei das OSCIPs, e quem liderou em 2011, uma mobilização nacional pela criação de um novo marco regulatório para as OSCs, após denúncias de suspeita de corrupção em contratos firmados com o Governo Federal (SEGATTO, 2013). Em ambos os casos, atuaram conjuntamente com a ABONG outras OSCs de renome nacional.

Assim, em 31 de julho de 2014, dá-se a terceira e mais recente mudança no paradigma da relação entre Estado e OSCs: a promulgação da Lei Federal 13.019, que instituiu o Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil- MROSC (BRASIL, 2014)⁵. De acordo com Lopes (2016) a lei vem estabelecer um novo ordenamento jurídico às parcerias celebradas entre a administração pública e organizações sociais, em face da execução de ações e políticas públicas, efetivação e garantia de direitos da população.

Para, além disso, o reconhecimento destas organizações vem dar voz e vez a “diferentes identidades, visões de mundo e interesses, expressões singulares que compõem nosso País, permitindo o necessário reconhecimento a diferentes perspectivas sociais e trazendo à luz aqueles tidos como invisíveis” (LOPES “et al”, 2016, p. 15). Não menos importante, o novo instrumento legal imprimiu conceitos relevantes à classificação das entidades, assim como, passou a impactar a gestão organizacional neste segmento da sociedade, fato que suscita a possibilidade da realização de novas investigações, por não caber o aprofundamento do tema neste estudo.

2.2 O PERFIL DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL

⁵ Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999 (BRASIL, 2014, p. 1)

Há no Brasil grande variedade de OSCs, resultantes da diversidade que se estende por todo território brasileiro, bem como das alianças resultantes da articulação entre o Primeiro e o Segundo Setor, Estado e Mercado respectivamente (Carvalho, 2004). As OSCs são entidades privadas, sem fins lucrativos, que

desenvolvem ações de interesse público e não têm lucro como objetivo, [...] atuam na promoção e defesa de direitos e em atividades nas áreas de direitos humanos, saúde, educação, cultura, ciência e tecnologia, desenvolvimento agrário, assistência social, moradia (LOPES et al, 2016, p. 15).

Ao não objetivarem o lucro, buscam “preservar e ampliar o acesso a determinados direitos, bens e serviços que aprofundem a democracia, justiça, equidade e sustentabilidade, dentre outras causas relacionadas a direitos universais ou de grupos específicos” (TEODÓSIO⁶, 2014, p. 128), tendo na transformação social sua finalidade institucional. Ainda que “existam em significativo número no Brasil, não é papel das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) executar programas em substituição da presença do Estado, mas sim, suscitar alternativas para a melhoria da qualidade de vida da população” (MUNIZ, 2016, p. 01), tendo como horizonte a superação das desigualdades, sejam elas sociais, econômicas ou culturais. Por essa razão, tendem a surgir em meio a contextos sociais adversos.

Vale ainda destacar, que cabe ao Estado brasileiro o provimento de direitos sociais como “educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (BRASIL, 1988, p. 6), todos democraticamente elencados e regulados através do Art. 6º da Carta Magna de 1988.

Dados do último levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA (2016) aponta a existência de 820 mil OSCs com CNPJ ativo no Brasil, distribuídas pelas diferentes regiões do país:

A distribuição das OSCs no território acompanha, em geral, a distribuição da população. A região Sudeste abriga 40% das organizações, seguida pelo Nordeste (25%), pelo Sul (19%), pelo Centro-Oeste (8%) e pelo Norte (8%). Vale registrar que todos os municípios do país possuem pelo menos uma OSC (LOPES, 2018, p. 23).

⁶ Autor de *Organizações da sociedade civil*. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). Dicionário para a formação em gestão social. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 128-132 (BOULLOSA, 2014).

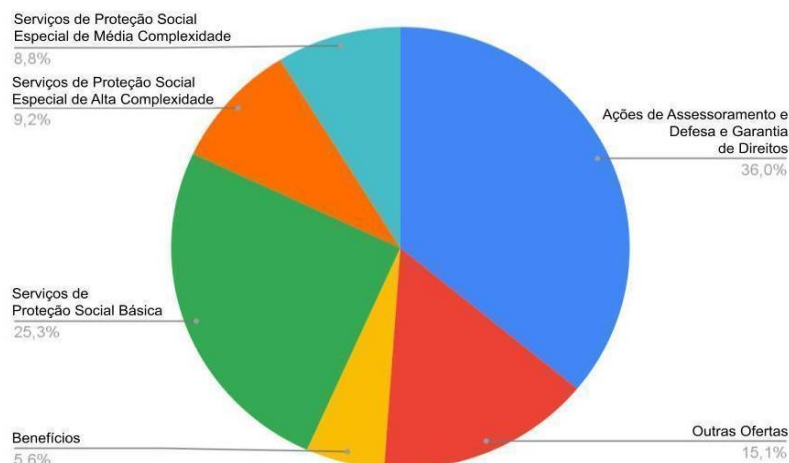
Nota-se que a região Sudeste lidera o ranking concentrando o maior número de organizações, enquanto as regiões Nordeste e Sul precisam se juntar para alcançá-la. Isso traz a lume a indicação feita pelo próprio estudo, que aponta proporcionalidade entre o número de habitantes e OSCs estabelecidas nos grandes centros urbanos. Por consequência, passa a fazer sentido estarem nas regiões Centro-Oeste e Norte os menores quantitativos.

O mesmo estudo destaca a possibilidade de que alguma parcela das 820 mil OSCs não estivesse em atividade no momento da pesquisa, isso porque, ao voltarem-se para a obtenção de dados detalhados do pessoal ocupado, leia-se, vínculos empregatícios, obtidos por meio da Relação Anual de Informações Sociais-Rais, depararam-se com um número menor de OSCs: 525 mil (LOPES, 2018). Para os anos seguintes, observa-se nova tendência: queda em 2018 (789.900 OSCs) e uma retomada do crescimento em 2020 (815.600 OSCs) segundo levantamentos do IPEA (2020).

Ao observarmos a distribuição das OSCs por área de atuação no Brasil, nota-se a preponderância do tipo Desenvolvimento e Defesa de Direitos (67%), seguido das organizações com finalidade Religiosa (30%), de Cultura e recreação (17,6%). Organizações da área de assistência social ocupam a 4ª posição da lista, algo em torno de 6,4% da OSCs, quantitativo dez vezes menor do que o ocupante da 1ª posição, segundo dados do IPEA (2020).

Ao adentrarmos na especificidade do tipo de serviço prestado pelas OSCs de Assistência Social em todo o país, percebe-se a repetição, de pelo menos, uma tendência acima evidenciada.

Gráfico 1- Distribuição das OSCs de Assistência Social, por tipo de serviço prestado, Brasil, 2020

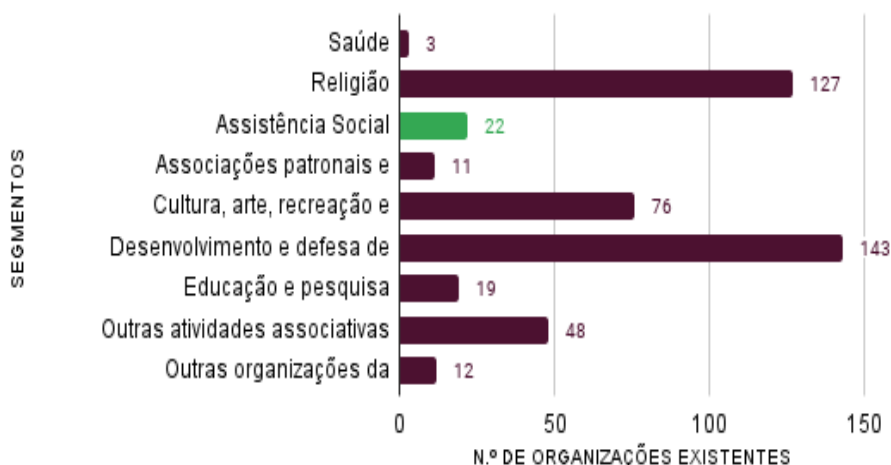


Fonte: IPEA, 2020, s/p.

Os dados acima demonstram que o Assessoramento, Defesa e Garantia de Direitos é o serviço mais executado dentre organizações da área da Assistência Social (36%), dado que corrobora a finalidade primeira da constituição das OSCs. Logo após vem os Serviços da Proteção Social Básica (25,3%), do qual fazem parte, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2005) os serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família, Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos. Não menos importante, a prestação de serviço do tipo Benefícios ocupa a última posição (5,6%), fato que gera, no mínimo, espanto se considerar a expressividade da busca por auxílios nos territórios.

No tocante às peculiaridades locais, verifica-se a existência de 471 OSCs com CNPJ ativo no município de Bagé no ano de 2020, distribuídas por diferentes áreas de atuação. Nesse quadro, destacam-se as OSCs de Desenvolvimento e Defesa de Direitos (143), Religião (127) e Cultura, arte, recreação e esportes (76), reproduzindo a lógica do cenário nacional, anteriormente referida. OSCs de Assistência Social ocupam 5º posição (22), conforme demonstrado a seguir:

Gráfico 2- Distribuição das OSCs com CNPJ ativo, por área de atuação, Bagé/RS, 2020



Fonte: IPEA, 2020, s/p.

A natureza jurídica dessas organizações é elemento de análise que se destaca. Das 471 OSCs com CNPJ ativo no município de Bagé, 411 foram constituídas na forma de associação privada, 57 como organização religiosa e 3 como fundação. No menor grupo representativo, nota-se a existência de organizações das áreas de assistência social, educação e religião. Assim destaca-se a prevalência de OSCs que possuem sua matriz neste município, em detrimento da quantidade das que possuem filiais no município.

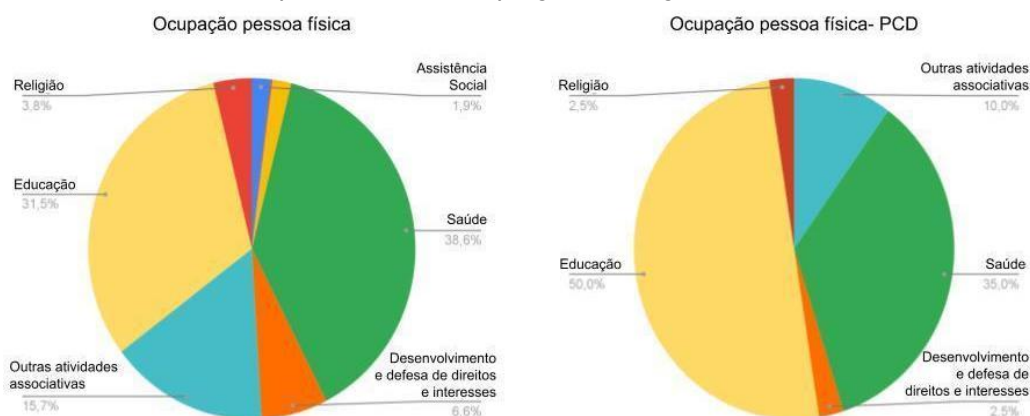
As décadas de 1980 e 2010 registram os maiores volumes de organizações criadas na história do município, que se tem registro. Em cada período, 16 novas OSCs foram registradas, sempre com a preponderância das associações privadas, em detrimento das demais. Até o ano de 1969, foram constituídas no município de Bagé 13 OSCs, dentre as quais, associações de criadores de bovinos e ovinos, colégios de confissão católica, clubes sociais, uma instituição de educação e assistência social, uma organização religiosa e a Santa Casa de Caridade de Bagé, associação privada que tem por finalidade promover ações de atenção à saúde humana e atendimento hospitalar (IPEA, 2020) até os dias atuais.

No que se refere a empregabilidade das OSCs do município de Bagé, apenas 56 entidades de um total de 471 organizações com CNPJ ativo no ano base do levantamento, apresentaram a Rais ao Governo Federal. Isso é o mesmo que dizer que 88% das organizações não registam vínculos empregatícios formais. Nessa relação, encontram-se entidades das áreas de Desenvolvimento e Defesa de Direitos (19), Religião (14), Cultura e Recreação (8), Educação (5), Saúde (2), Assistência Social (2) e de Outras Atividades Associativas (3).

Por outro lado, as áreas que mais empregam pessoas físicas são Saúde

(823), Educação (672), Outras Atividades Associativas (334) e Desenvolvimento e Defesa de Direitos (140). Já pessoas físicas-PCD foram empregadas por apenas 9 organizações, ocupando majoritariamente, cargos nas áreas da Educação (20) e Saúde (14), como podemos perceber na comparação a seguir:

Gráfico 3- Distribuição das OSCs por área de atuação, segundo o registro do número de pessoas ocupadas- vínculo empregatício, Bagé/RS, 2020



Fonte: IPEA 2020, s/p.

São 2.084 vínculos empregatícios atribuídos às OSCs do município de Bagé, no ano de 2020. Contudo, cabe destacar que nas bases utilizadas para realização deste estudo, não há dados disponíveis sobre o perfil dos trabalhadores alocados neste segmento, fato que enseja a realização deste estudo, ainda que sem a pretensão de abranger a totalidade destas organizações, tampouco esgotar o assunto.

3 GESTÃO NO SERVIÇO SOCIAL

Abordar a temática da gestão vinculada à área social nos faz refletir o quanto estamos sujeitos aos desafios da contemporaneidade. A gestão de serviços sociais, ancorada ou não na gestão institucional, passa a ser tema recorrente entre os assistentes sociais. Como isso, abre-se uma janela de oportunidades para o (a) assistente social, que passa a cumprir papel estratégico na gestão institucional. O aprofundamento das questões relacionadas à compreensão dos espaços sócio-ocupacionais e a gestão de serviços sociais faz-se significativo nesse contexto.

3.1 ASSISTENTES SOCIAIS E OS ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS

O Serviço Social surgiu em face do atendimento às desigualdades advindas do emergente capitalismo industrial da Inglaterra, no qual a luta de classes estabelecida em razão da revolução burguesa foi determinante (GUERRA, ORTIZ, VALENTE, FIALHO, 2007). Posicionada à margem de seus direitos, a classe trabalhadora passou a demandar a minimização das expressões sociais decorrentes do processo de expansão comercial, vivida à época.

Em 1939 surgiu o primeiro curso de Serviço Social no Brasil, fruto da articulação de jovens mulheres engajadas na militância católica. Tinha na justiça social, alicerçada na doutrina social da Igreja, a idealização do contraponto às “expressões da desigualdade constitutiva do modo de produção capitalista” (ABRAMIDES, 2016, p. 457). Buscavam reverter a segregação dos territórios nos grandes centros urbanos, que impulsionava fortemente para a formação de segmentos extremamente vulnerabilizados.

Consta para o Conselho Federal de Serviço Social- CFESS (2022) que, enquanto categoria profissional, o Serviço Social foi uma das primeiras profissões da área social a ser reconhecida por lei - Lei Federal n.º 3.252, de 27 de agosto de 1957⁷, regulamentada pelo Decreto n.º 994, de 15 de maio de 1962 e revogada pela Lei n.º 8.662, de 7 de junho de 1993, que atualizou as disposições sobre a profissão de Assistente Social e deu outras providências (BRASIL, 1993).

Assim, o processo iniciado com o Movimento de Reconceituação⁸ da categoria na década de 60, consolidou a ruptura da concepção conservadora do Serviço Social, em sintonia com as lutas pela redemocratização do país, atribuindo um novo olhar sobre a prática profissional, agora buscando ser, teórica, técnica e politicamente eficaz (CFESS, 2022).

Em vista de respostas às expressões sociais, o Serviço Social brasileiro adotou, na década de 90, a questão social como objeto de intervenção:

Em 62 anos, 1937 a 1999, o Serviço Social realizou uma transformação no interior da profissão. Começou creditando aos homens a “culpa” pelas situações que vivenciavam, e acreditando que uma prática doutrinária,

⁷ Regulamenta o exercício da profissão de Assistente Social, revogada pela Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993 (BRASIL, 1957, p. 1).

⁸ O Movimento de Reconceituação foi uma tentativa de ruptura com o Conservadorismo para um método crítico e investigativo, uma renovação teórico-prático social, com propostas de intervenção e compreensão da realidade social, questionador da ordem dominante (APARECIDA et al, 2013).

fundamentada nos princípios cristãos, era a chave para a “recuperação da sociedade”. Chega, em 1999, **assumindo uma postura marxiana, analisando que a forma de produção social é a causa prioritária das desigualdades** [...] É um salto elogiável para uma profissão que começou querendo moldar os homens de acordo com os princípios cristãos de respeito à autoridade, e, hoje, tem, nos homens, a autoridade máxima a ser respeitada; **uma profissão que tinha nos homens o objeto do seu trabalho, e, hoje, entende que os homens são sujeitos da história.** (MACHADO, 1998, p. 1, grifo meu).

Conforme Machado (1998), a emergência da postura marxiana, orientou ao longo da história da consolidação do Serviço Social, a leitura das origens das desigualdades, e fez com que fosse atualizada a posição dos sujeitos desse processo. Inundadas pelo pensamento marxiano, as sociedades (inglesa e brasileira) passaram a compreender o modo de produção da vida social, como o principal causador das disparidades sociais, associando a dominação de classe, segundo Machado (1998, p. 1), aos critérios de “produção e apropriação do produto social”.

O conceito de questão social mais estudado pelos assistentes sociais vem dos autores Marilda Vilela Iamamoto e Raul de Carvalho (1983) que, segundo Machado (1998), caracteriza-se pelas evidências do ingresso da classe operária no cenário sócio-político, que luta por reconhecimento perante o empresariado e o Estado, e que passa a demandar outras abordagens, para além de caridade e repressão.

A mesma autora acrescenta que questão social, em outras palavras, “expressa a contradição fundamental do modo capitalista de produção” (MACHADO, 1998, p. 2), onde o proletariado produz a riqueza e a burguesia se apropria, sem que os operários (possuidores da força de trabalho) venham a usufruir da riqueza por eles produzida.

Consequência da apropriação desigual do produto social, emergem do tecido social manifestações da questão social, tais como, o “[...] analfabetismo, violência, desemprego, favelização, fome, analfabetismo político, etc.” (MACHADO, 1998, p. 2), tornando-se estes, objeto de intervenção do assistente social nos espaços sócio-ocupacionais na contemporaneidade.

Entretanto, Mota (2014) afirma que é possível observar o surgimento de “novos espaços ocupacionais e competências profissionais que convivem com os tradicionais, revelando significativas alterações no mercado de trabalho, nas demandas e nos conteúdos das ações dos assistentes sociais” (MOTA, 2014, pg.

695), ensejando significativas alterações na composição do campo profissional, no contorno das demandas de seus usuários e nas replicações teóricas.

Na observação do mesmo autor, apesar da atuação dos assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais tradicionais, evidencia-se a ousadia de alguns setores, que passam a requerer a presença destes profissionais em frentes específicas de trabalho. Assim, os assistentes sociais “sofrem reveses e atualizam as demandas, a abrangência do seu público, mas modalidades de intervenção e o conteúdo do trabalho” (MOTA, 2014, p. 696). Na exemplificação dos espaços ocupacionais, Mota (2014) destaca:

- a. a área da saúde, por meio da expansão dos planos e seguros privados;
- b. a Previdência Social, com a renovação dos quadros técnicos;
- c. a área sociojurídica com o surgimento de novas demandas junto aos tribunais, Ministério Público, defensorias públicas;
- d. intervenções em questões urbanas, sejam elas executadas pelo Poder Público ou por OSCs;
- e. a área socioambiental vinculada às grandes empresas;
- f. a esfera da educação fundamental e superior, pública ou privada;
- g. a execução de políticas sociais por ONGs, Oscips e fundações de direito privado;
- h. os novos movimentos sociais do campo da discriminação sexual, racial, mulheres, crianças, adolescentes, jovens e idosos;
- i. a área da produção de conhecimentos, no âmbito das ciências sociais;
- j. a Assistência Social, que por meio da criação do Suas ampliou a oferta de serviços, modernizando parâmetros de atuação e gerenciamento de programas (MOTA, 2014, p. 696- 699, grifo nosso).

Considerando algo já destacado por Iamamoto (2017), o(a) assistente social, regulamentado como profissional liberal, soma-se à categoria dos trabalhadores assalariados, uma vez que vende sua força de trabalho, como forma de viabilizar as condições para sua subsistência.

Iamamoto (2012) ainda acrescenta que, para que os(as) assistentes sociais consigam compreender seu papel em determinados espaços sócio-ocupacionais, faz-se necessário familiaridade com os pressupostos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do serviço social. Assim, conseguirão fazer uma leitura mais apropriada do objeto de trabalho, garantir respostas às demandas institucionais e, na articulação com outros trabalhadores, pôr em prática o compromisso com a qualidade dos serviços prestados e com o desenvolvimento institucional das organizações com as quais se relacionam.

Outrossim, Iamamoto traz que “cabe, também, destacarmos que a capacidade do profissional de construir propostas criativas está intimamente ligada à sua capacidade de leitura crítica da realidade social” (2000, apud ALVES, 2017, p. 17). Desse modo, a prática do exercício profissional do (a) assistente social, tende a

dialogar com os movimentos em curso na sociedade, pois os processos de trabalho não imutáveis, sujeitam-se a apropriação dos espaços pelo trabalhador, dos referenciais e da atualização dos instrumentais para se estabelecerem no mundo laboral (GOMES, 2017).

3.2 GESTÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS

A formação do (a) assistente social é orientada por um conjunto de saberes que norteiam sua práxis profissional, tendo em vista a efetivação do processo de trabalho. De acordo com Gomes (2017), esse processo formativo divide-se em três núcleos: fundamentos teóricos- metodológicos da vida social, formação sócio-histórica da sociedade brasileira e fundamentos do trabalho profissional, no qual se insere a temática da gestão no serviço social.

Segundo o mesmo autor, as organizações precisam estar atentas ao movimento que acontece no contexto onde estão inseridas, seja ele, político, social, econômico ou cultural, para que consigam compreender e promover as mudanças exigidas pela atualidade (GOMES, 2017).

Com isso, a gestão no serviço social passa a incorporar à preceitos da administração, “um capital social que produz dinâmicas de solidariedade e sinergias” (Barbosa, apud Gomes, 2017, p. 19). Como resultado desse movimento, vai-se da mera interpretação de fatos para uma incidência mais efetiva.

3.2.1 Gestão Social

A gestão social surgiu na década de 90, no contexto do atendimento às demandas geradas pelo surgimento das políticas sociais nos países da América Latina influenciados, à época, por entidades vinculadas à ONU- Organização das Nações Unidas (ARAÚJO, 2014).

De acordo com Kauchakje (2012) a gestão de serviços sociais é abarcada pela gestão social. Esta, por sua vez, trata da gestão de ações sociais executadas por órgãos das Administrações Públicas (municipais, estaduais ou federal) ou por organizações da sociedade civil, buscando efetivar direitos por intermédio da execução de políticas, programas, projetos ou serviços sociais.

Segundo Cançado⁹ (2014), em sua origem, a gestão social esteve voltada à gestão de políticas sociais públicas. Entretanto, com o espraio das discussões acerca da sua definição, “passou a ser utilizada como sinônimo de gestão de organizações do terceiro setor” (Cançado, 2014, p. 82), feito que vem provocando o aprofundamento das discussões acerca do tema.

Consoante com Fischer (2002) citado anteriormente, Araújo¹⁰ (2017), de modo muito apropriado, sintetiza o senso comum da academia, ao discorrer sobre os elementos que convergem diante do conceito de gestão social:

Entre os principais conceitos surgidos no Brasil, destacam-se de Tenório (1998, 2008), Singer (1999), Dowbor (1999), Carvalho (1999), Fischer (2002), França Filho (2003, 2008), Maia (2005), Bouldosa e Schommer (2009). Estes são analisados por Araújo (2012) destacando que em todos são explicitadas como elementos marcantes dos conceitos: a forte presença de valores de democracia, participação, justiça, equidade e bem-estar social; a dialogicidade, horizontalidade e solidariedades nas relações; a atuação intersectorial e interorganizacional (ARAÚJO, 2014, p. 89).

O mesmo autor ainda refere-se a gestão social enquanto um instrumento de ressignificação do cotidiano organizacional e afirma que “não se trata apenas de mais uma adjetivação simples para o *como fazer* gestão aplicada a algum tipo de organização, mas de uma busca por respostas também ao *por quê* e *para quê* fazer gestão” (ARAÚJO, 2014, p. 85). Assim, passa a fomentar no seio da sociedade, reflexões acerca do sentido ideológico e prático das relações sociais, com o intuito de ser vista, não como um jeito de fazer gestão, mas por sua finalidade e objetivos (ARAÚJO, 2014).

3.2.2 Serviços Sociais

Na busca pela compreensão do termo *serviços sociais*, uma de suas definições diz tratar-se espaços destinados a execução de atividades, desde que realizados de forma contínua, conforme explicitado a seguir:

SERVIÇOS SOCIAIS: São, por um lado, espécies de provimentos e atendimentos sociais; por outro, podem ser unidades executoras de atividades planejadas em políticas, programas e projetos sociais. De todo modo, serviços sociais se caracterizam pela prestação- no geral, contínua- de atendimento às necessidades sociais da população (KAUCHAKJE, 2012, p. 25).

⁹ Autor de *Gestão social*. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). Dicionário para a formação em gestão social. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 80-84 (BOULLOSA, 2014).

¹⁰ Autor de *Gestão social*. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). Dicionário para a formação em gestão social. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 85-90 (BOULLOSA, 2014).

Nesse contexto, em consonância com Lopes (2016), vem a lume a prática das organizações da sociedade civil no Brasil, com seu histórico de atuação junto às parcelas mais vulneráveis da população, buscando garantir de forma contínua e sistemática, direitos dos quais estejam sendo privados.

Importante ressaltar que, nesse mesmo contexto, ao ofertarem serviços sociais, as entidades passam também a integrar o “Sistema Único de Assistência Social, não só como prestadoras complementares de serviços socioassistenciais, mas como cogestoras através dos conselhos de assistência social e corresponsáveis na luta pela garantia dos direitos sociais” (PNAS, 2005, p. 48) para todos dos cidadãos e cidadãs.

Em 2012 o CFESS publicou estudo acerca da interpretação dos artigos 4º e 5º do estatuto jurídico n.º 8.662/1993 que, respectivamente, versam sobre as competências e as atribuições privativas do assistente social no Brasil. No âmbito da análise, indicam serem as atribuições, “prerrogativas exclusivas, enquanto as competências expressam capacidade para apreciar ou dar resolatividade a determinado assunto” (Iamamoto, In: CFESS, 2012, p. 37), sem tratar-se de prática inerente a uma única categoria profissional, assim expressas:

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social: [...] II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; [...] VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; [...] X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social: I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social (BRASIL, 1993, p. 2).

Em ambos os artigos, nota-se a adoção de pressupostos gerenciais, a serem implementados em unidades de serviço social, que para efeito desta investigação, não se restringe a uma divisão administrativa da organização, tal como sugeriria o senso comum (Iamamoto, In: CFESS, 2012).

Nesse contexto, cabe ser entendida como "a ação simultânea de vários agentes que tendem ao mesmo fim ou agrupamento de seres individuais, considerados pelas relações mútuas, que existem entre si, pelos seus caracteres comuns, suas mútuas dependências" (Iamamoto, In: CFESS, 2012, p. 39). Por último, porém não menos importante, considerando a interdisciplinaridade do trabalho do(a) assistente social, cabe, de acordo com Iamamoto (In: CFESS, 2012),

compreender uma unidade de Serviço Social enquanto um grupo de profissionais atuando para o mesmo fim.

3.2.3 População atendida pelos serviços sociais

Serviços Sociais, assim como as políticas públicas são promovidos, em face do atendimento às demandas da população (KAUCHAKJE, 2012). Ainda que o acesso aos serviços seja de caráter universal (sem desconsiderar eventuais condicionantes), recortes objetivando dar prioridade a grupos específicos, podem ser feitos. De acordo com Kauchakje (2012), a priorização pode acontecer basicamente entre três agrupamentos: a) Condições socioeconômicas, constituído em razão de determinados níveis de pobreza; b) Ciclo de vida, que são agrupados a partir da caracterização geracional; c) Recortes culturais, quando dividido em detrimento de necessidades específicas das minorias sociais.

A desigualdade social tem origem nas demandas e carências da população, que em sua maioria “são considerados em vulnerabilidade ou em risco e constituem o público-alvo das redes de serviços, entre eles os socioassistenciais da Política da Assistência Social” (KAUCHAKJE, 2012, 32). Todavia, segundo o mesmo autor (2012), o que distingue vulnerabilidade de risco social é o grau de severidade e intensidade a que estão submetidos.

Ademais, cabe salientar que “a condição geradora primordial das situações de vulnerabilidade e risco a que nos referimos, é a questão social” (KAUCHAKJE, 2012, 34), já debatida no início deste capítulo.

Nessa condição, se evidencia a contribuição e valor histórico das organizações da sociedade civil, que de acordo com Lopes (2016) por anos conseguiram chegar em lugares onde o poder público nunca conseguiu adentrar, estimulando e apoiando a organização de pessoas excluídas dos círculos sociais, assegurando-lhes o acesso a serviços sociais, capacitando-as para intervir de forma mais efetiva nos processos de controle social, defesa e garantia de direitos, e na formulação de políticas públicas.

Em organizações como estas, os (as) assistentes sociais exercitam seus princípios éticos-políticos, conhecimentos teóricos-metodológicos e técnicos-operativos.

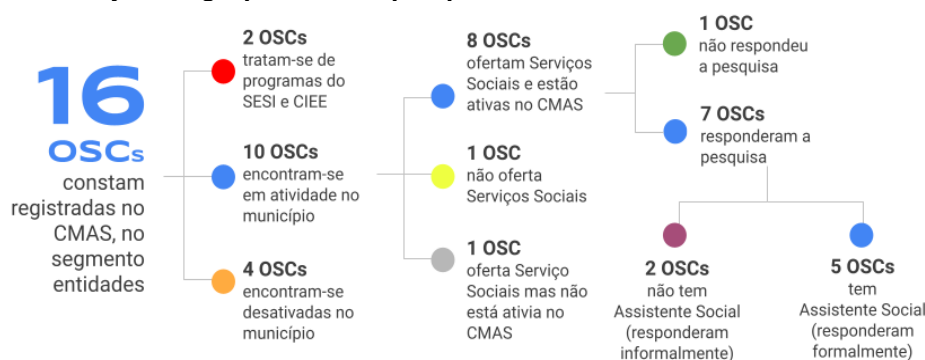
4 PESQUISA SOBRE O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE BAGÉ/ RS.

A pesquisa de campo possibilita ao investigador uma aproximação desvelada da realidade que se deseja conhecer. Investigar o papel do(a) assistente social na gestão de serviços sociais ofertados por Organizações da Sociedade Civil suscita-nos a possibilidade de conhecer o perfil de segmento muito peculiar da sociedade, bem como estabelecer diálogo com esta realidade.

4.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA DE CAMPO

A realização deste estudo teve como ponto de partida a relação de 16 entidades fornecida pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS. Nela, constava a identificação de entidades registradas no referido órgão, como demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 1- Distribuição do grupo focal da pesquisa



Fonte: CMAS, 2022, s/p.

Nota-se a partir do quadro acima, que do conjunto das OSCs indicadas pelo CMAS, foram separadas por blocos, a partir da caracterização de sua estrutura. Assim, 2 vincularam-se ao conselho por ocasião da execução de programas institucionais específicos, tais como Programa Atleta do Futuro e Programa de Estágios, um do Serviço Social da Indústria- SESI e o outro do Centro de Integração Empresa-Escola- CIEE respectivamente, 4 encontravam-se desativadas no momento da pesquisa, fato verificado após serem visitados os locais indicados como

sede das organizações e constatada sua inatividade, e 10 encontravam-se em atividade naquele momento.

Logo, identificamos as OSCs que ofertavam serviços sociais e que possuíam cadastro ativo junto ao CMAS (8), a OSC que informou não ser ofertante de serviços sociais (1), e a OSC que informou ser ofertante dos serviços, porém, não possuir cadastro ativo junto ao órgão - ambas foram contatadas via ligação telefônica. Nesse sentido, as duas últimas organizações foram descartadas do universo da investigação.

Não obstante, cabe destacar que para efeito deste estudo, entende-se como OSC com *cadastro ativo no CMAS*, aquela que teve seus dados atualizados nos últimos 12 meses por ocasião da celebração de alguma parceria (com ou sem repasse financeiro) junto a Administração Pública, por intermédio do próprio conselho. Já as OSCs *registradas* figuram como entidades que em algum momento dentro do período eletivo da atual gestão CMAS, já executaram parceria nos moldes explicitados anteriormente.

Assim, do conjunto de organizações com cadastro ativo no CMAS (8), 7 OSCs manifestaram-se no âmbito da pesquisa. Porém, 2 manifestaram-se informalmente por não possuírem assistentes sociais em seus quadros funcionais e, 5, oficialmente, por intermédio do questionário a pesquisa, totalizando 87,5% de participação do público objeto da análise. Apenas 1 OSC não respondeu nossa pesquisa.

A coleta dos dados aconteceu entre os dias 9 e 24 de agosto de 2022, por intermédio de questionário eletrônico, semiestruturado, com questões abertas e fechadas. A apresentação dos dados seguiu a estrutura do questionário, sem a necessidade do agrupamento de questões, visto que foram estruturadas de modo a permitirem sua divulgação, tal como perguntadas.

4.2 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com relação ao perfil das organizações, identifica-se a existências de OSCs constituídas, majoritariamente, como associação privada (60%), com finalidade estatutária variando entre cultura, educação e saúde e de assistência social (apontada por 100% das OSCs). O público com o qual se relacionam é

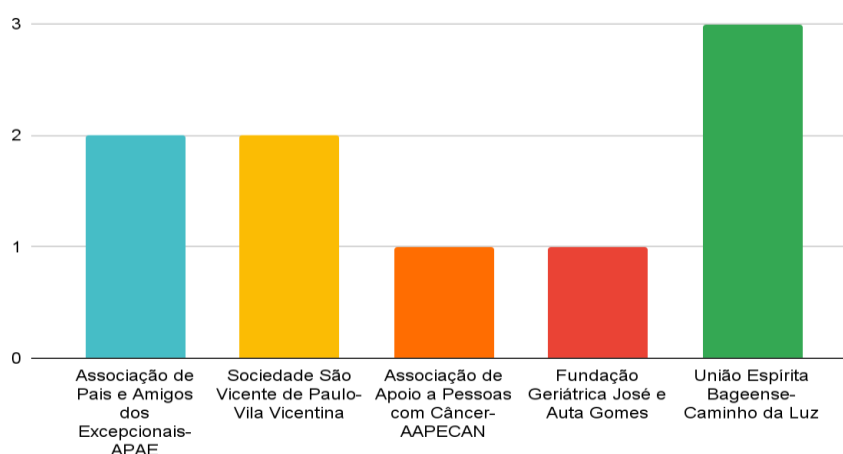
predominantemente feminino (100% das OSCs), dos diferentes grupos geracionais, dos grupos étnicos pretas, pardas e brancas, perfil que se assemelha ao projetado em âmbito nacional, já citado anteriormente.

Pessoas com deficiência são atendidas em 4 organizações, variando entre os diferentes grupos geracionais, porém com predomínio entre os grupos crianças e adolescentes, jovens e adultos. Pessoas indígenas são atendidas por menos da metade das OSCs: 2 atendem crianças e idosos, e 1 adultos e jovens. Curiosamente, apenas 2 organizações declaram prestar atendimentos a pessoas transgênero, o que corresponde a 12,5% das OSCs.

Ainda que soe curiosa a ausência de pessoas transgêneros dentre os sujeitos com os quais se relacionam as assistentes sociais desse município, observa-se no contexto nacional, uma maior aproximação das partes, em face deste público ser na atualidade, massacrado por manifestações da questão social.

O grupo das OSCs que participaram da pesquisa emprega 9 assistentes sociais. Desse total, 7 profissionais responderam ao questionário e 2 não, por encontrarem-se naquele período em isolamento domiciliar, em razão da contaminação por Covid- 19.

Gráfico 4- Distribuição das assistentes sociais, por OSC pesquisada

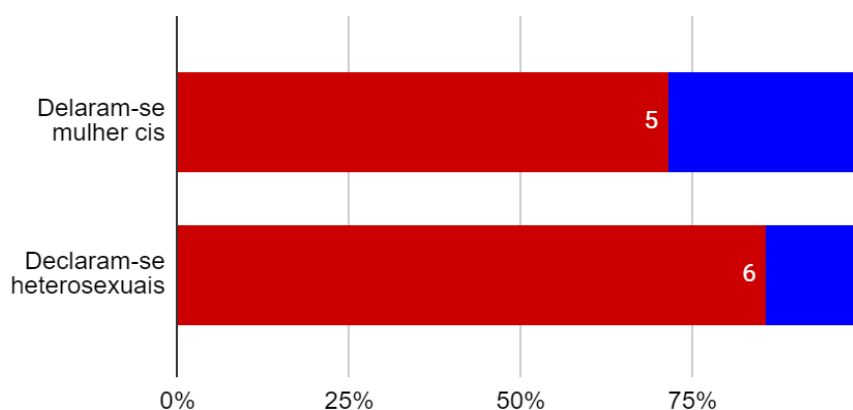


Fonte: CMAS, 2022, s/p.

Assim, 2 OSCs têm contratadas 1 assistente social cada, 2 OSCs tem 2 assistentes sociais contratadas e 1 OSC tem 3 assistentes sociais em seu quadro funcional. Nesse cenário, destaca-se o índice médio de 1,8 profissional assistente social empregado em cada OSC analisada.

As profissionais que responderam ao questionário também se manifestaram acerca de sua identidade de gênero e orientação sexual, tendo como opções de respostas, declarar-se mulher ou homem cis¹¹, mulher ou homem trans¹² ou de gênero neutro / não binário, bem como, declararem-se como heterossexual¹³, homossexual¹⁴ ou bissexual¹⁵, respectivamente. Assim, obtivemos o seguinte resultado:

Gráfico 5- Distribuição das assistentes sociais por gênero e orientação sexual



Fonte: Pesquisa de campo, CMAS, 2022, s/p.

Sobre a identidade de gênero, do total de pessoas entrevistadas (7), 5 declararam-se mulheres cis e 2 preferiram não responder. Sobre a orientação sexual, 6 declararam-se heterossexuais e 1 preferiu não responder. A respeito, cabe aqui demarcar, que para efeito deste estudo, entende-se por identidade de gênero “todas as normas de comportamento e aparência estereotipadamente ligadas a cada gênero, incluindo tanto características adoptadas por uma pessoa, como características baseadas no gênero que lhe são atribuídas pelos outros” (Appleby e Anatas, 1998, citado por OLIVEIRA e NOGUEIRA, org., 2010, p. 20). Já por orientação sexual, o “envolvimento durável emocional, amoroso e/ou atracção

¹¹ A expressão *cis* tem origem na palavra *cisgênero* que pode ser definida como “la persona sexual que se identifica con el sexo asignado al nacer” (RAMOS PEREZ et al, 2018, p. 7).

¹² O termo “abarca os indivíduos que se identificam como sendo de outro gênero que não o sexo biológico de pertença. [...] Para qualificar um transexual considera-se suficiente, mudanças provocadas por tratamento hormonal, sem ser necessária intervenção cirúrgica”(OLIVEIRA e NOGUEIRA, org., 2010, p. 20).

¹³ Por *heterossexualidade* entende-se a atracção sexual e/ou envolvimento emocional ou amoroso em pessoas de sexo diferente (APA, 2008 apud, OLIVEIRA e NOGUEIRA, org., 2010, p. 20).

¹⁴ A *homossexualidade* é a atracção sexual e/ou envolvimento emocional ou amoroso por pessoas do mesmo sexo (APA, 2008 apud, OLIVEIRA e NOGUEIRA, org., 2010, p. 20).

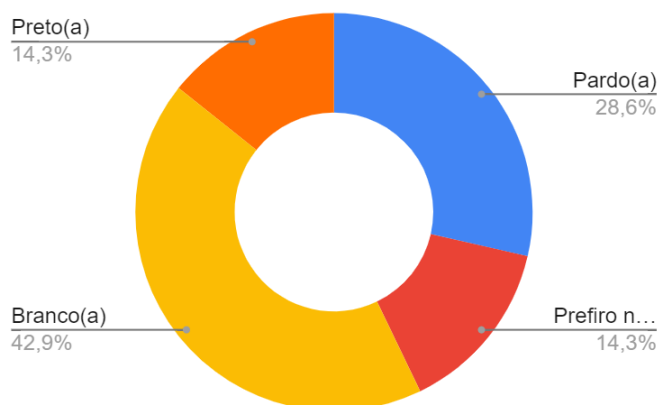
¹⁵ A *bissexualidade* consiste na atracção sexual e/ou envolvimento emocional ou amoroso por pessoas de ambos os sexos (APA, 2008 apud, OLIVEIRA e NOGUEIRA, org., 2010, p. 20).

sexual” (OLIVEIRA e NOGUEIRA, org., 2010, p. 19) de determinado indivíduo por pessoas do mesmo sexo, do sexo oposto ou ainda por ambos os sexos.

Por meio do questionário também foi possível observar o predomínio do estado civil casada, apontado por 5 assistentes sociais, que apresentaram idades entre 26 e 60 anos.

O questionário também buscou conhecer a identidade étnica das assistentes sociais. Do total de participantes (5), 3 declararam-se brancas, 2 pardas, 1 preta e 1 preferiu não declarar sua identidade étnica.

Gráfico 6- Distribuição das assistentes sociais por grupo étnico



Fonte: Pesquisa de campo, CMAS, 2022, s/p.

Nesse aspecto, cabe trazer à reflexão dado do IBGE (2013), que agrupa pretos e pardos, sob a designação de negros no Brasil. Dessa forma, iguala-se o número de pessoas autodeclaradas pertencentes a este grupo étnico ao de pessoas brancas, fato que não acontece se analisarmos os dados tal como eles se apresentam no resultado da pesquisa. Ainda sobre isso, pode-se acrescentar que

[...] a fim de definirmos os negros, os indígenas e os brancos no país, temos de considerar outras variáveis tais como: o formato do nariz; o formato dos olhos; o formato da boca e da grossura dos lábios; quanto ao cabelo temos uma variação que vai do bem crespo, ao crespo, ao encaracolado, ao ondulado, ao liso, ao bem liso (FONSECA, 2004, p. 68, apud, IBGE, 2013, p. 56).

Com isso, justifica-se o fato de que os dados coletados juntos às assistentes sociais não nos permitiu aprofundar este aspecto da pesquisa, uma vez que as respostas foram auferidas por intermédio de formulário eletrônico e não por entrevista, onde o entrevistador e o entrevistado ficariam frente-a-frente e que tais variáveis poderiam ser verificadas. Contudo, entende-se que a autodeclaração não

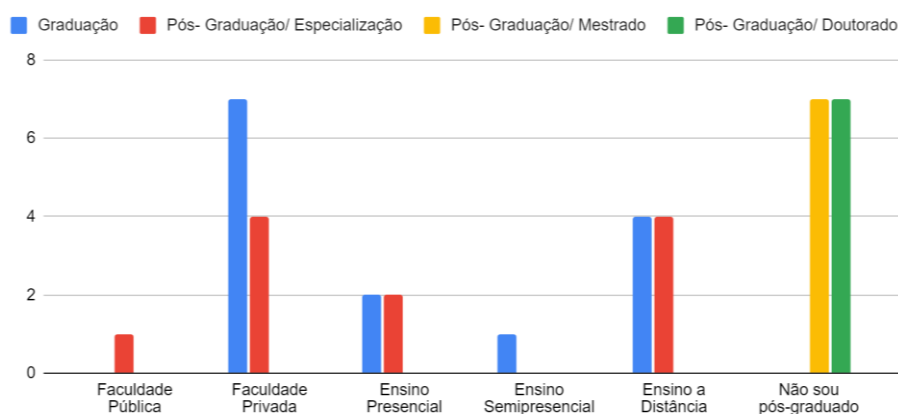
deprecia o valor do estudo, mas sim apresenta o modo como se compreendem estas assistentes sociais.

Ao serem questionadas sobre a prática de alguma religião, 5 profissionais declararam participar assiduamente de alguma vivência religiosa e 2 declararam participar às vezes. Destas, 2 responderam praticar assiduamente da religião Católica, 2 da religião Kardecista e 1 assistente social declarou praticar outra religião que não constava na relação apresentada.

Sobre o campo da formação das assistentes sociais, todas declararam ter estudado em faculdade privada, tendo a maioria (5) concluído a graduação entre os anos de 2010 e 2018. Com relação à modalidade, 4 declararam ter estudado a distância, 2 no ensino presencial e 1 no semipresencial. Mais da metade das participantes realizou a graduação em Bagé (4) e a outra parte em Pelotas (3), ambas cidades do Rio Grande do Sul.

Nenhuma das assistentes sociais declarou ter cursado mestrado ou doutorado. Em contramão, mais da metade das participantes fez especialização (4), apenas variando os quantitativos em relação a modalidade, conforme demonstrado a seguir:

Gráfico 7- Distribuição das assistentes sociais, segundo o perfil da graduação e pós-graduação



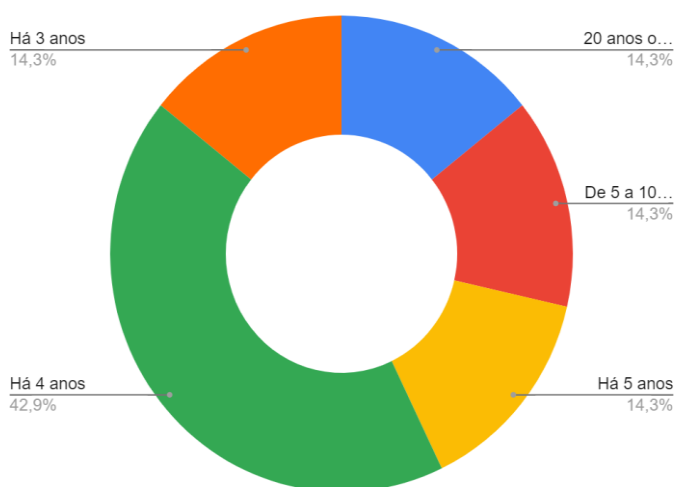
Fonte: CMAS, 2022, s/p.

Nesse contexto, um elemento que se destaca é o fato de, a grande maioria das assistentes sociais terem estudado na modalidade à distância, mostrando que essas profissionais, assim como as formadas nas demais modalidades de ensino, podem ocupar postos de trabalho, com total competência. Porém, se sobressai o

fato de, entre as profissionais atuantes no mercado, nenhuma possuir curso de mestrado, ou tampouco doutorado. O aprofundamento desta questão suscita a realização de novos estudos, para compreender se este fato está atrelado às perspectivas profissionais ou a oferta do ensino na região.

A Assistente Social que há menos tempo trabalha em organização social está a pelo menos 3 anos, enquanto a que há mais tempo atua, está a mais de 20 anos na mesma instituição.

Gráfico 8- Distribuição das assistentes sociais segundo o tempo de atuação na OSC

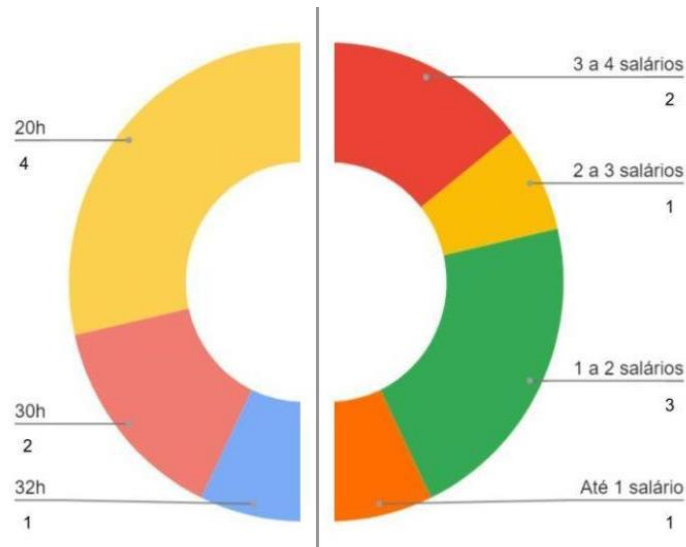


Fonte: CMAS, 2022, s/p.

O tempo médio de permanência em uma mesma instituição é de 4 anos, descartados o tempo mínimo e máximo de permanência. Para a maioria das assistentes sociais (6), o atual emprego é o primeiro no Terceiro Setor.

Das assistentes sociais que participaram do estudo, 6 têm a relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis Trabalhistas- CLT e 1 é servidora pública municipal cedida para a OSC. A carga horária semanal de trabalho varia entre 20h, 30h e 32h, com média salarial que vai de 1 a 4 salários, conforme demonstrado a seguir:

Gráfico 9- Distribuição das assistentes sociais segundo carga horária semanal de trabalho e faixa salarial

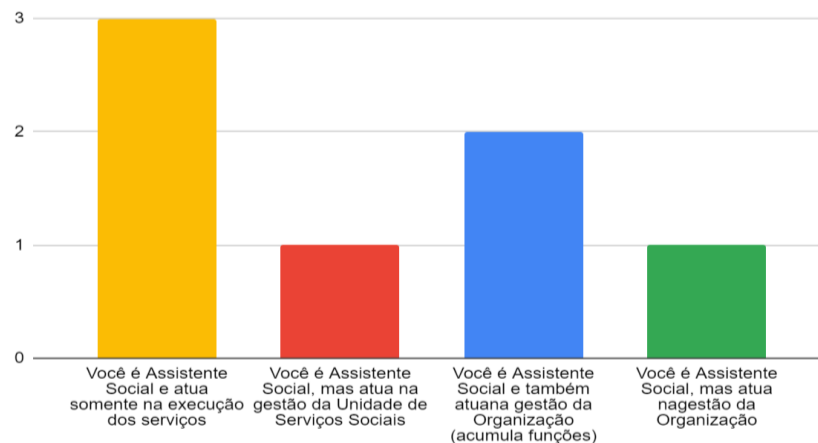


Fonte: CMAS, 2022, s/p.

Não menos importante, nota-se o fato da maioria das assistentes sociais que responderam a pesquisa (6) terem no atual vínculo empregatício sua primeira oportunidade de trabalho em OSCS. Apenas 1 das participantes já atuou em área distinta.

Sobre sua atuação na organização, a maioria das assistentes declarou ter incidência direta na gestão institucional (3), sendo que 1 declarou ser assistente social, mas que atua na gestão da organização, e 2 declararam acumular funções (assistente social e gestão da instituição). 3 profissionais declararam atuar somente na execução dos serviços, e apenas 1 assistente social declarou atuar na gestão da Unidade de Serviços Sociais da OSC.

Gráfico 10- Distribuição das assistentes sociais por área de atuação nas OSCs



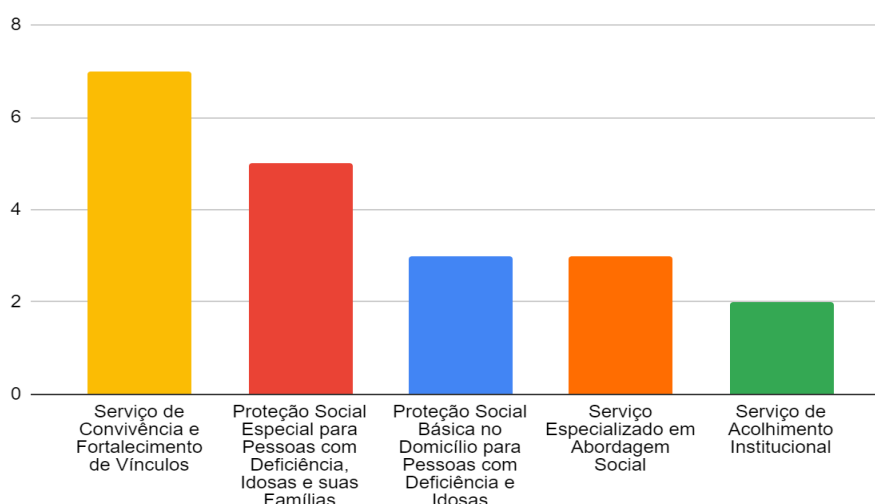
Fonte: CMAS, 2022, s/p.

Contudo, cabe neste ponto ressaltar que, ao serem perguntadas para que função teriam sido contratadas, todas as participantes da pesquisa responderam que para a função de assistente social. Em linhas gerais, evidencia-se uma forte atuação dessas profissionais no âmbito da gestão institucional e dos serviços sociais.

Porém, não se pode ignorar o fato de, segundo algumas das respostas, estas profissionais terem sido contratadas para determinada função e atualmente estarem desempenhando outra. Sem a pretensão de desqualificar quaisquer dos postos de trabalho, deve-se olhar com relativa atenção para este que pode ser um indício de precarização da prática profissional. Mas, mais uma vez, um aprofundamento desse aspecto demandaria a realização de novos estudos.

Vejamos o gráfico a seguir:

Gráfico 11- Distribuição das assistentes sociais, segundo Serviços Sociais prestados nas OSCs



Fonte: CMAS, 2022, s/p.

As assistentes sociais que participaram da pesquisa foram unânimes em indicar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (7) como o principal serviço dentro da OSC, no qual atuam. A Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias foi o segundo serviço mais sinalizado (5), seguido dos serviços de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, e o Serviço Especializado em Abordagem Social, ambos apontados por três 3 profissionais, cada. O serviço de Acolhimento Institucional foi citado por apenas 2 profissionais.

Sobre a gestão dos Serviços Sociais, declararam o que segue:

Quadro 2- Distribuição das assistentes sociais segundo a forma de atuação nas OSCs

Quantitativo	Forma de atuação das assistentes sociais nas OSCs
5 (71%)	Atuam de forma direta/ sistemática no planejamento, organização e administração da Unidade de Serviços Sociais;
5 (71%)	Atuam de forma direta/ sistemática na elaboração, coordenação e avaliação dos planos e programas da Unidade;
4 (57%)	Atuam de forma direta/ sistemática na elaboração, coordenação e avaliação dos projetos executados na Unidade de Serviços Sociais
2 (28%)	Atuam de forma indireta ou esporádica na elaboração, coordenação e avaliação dos projetos executados na Unidade de Serviços Sociais
1 (14%)	Não tem incidência na gestão dos projetos executados na/ pela Unidade, apenas cumpre as tarefas que lhes são delegadas por terceiros
6 (85%)	Atuam de forma direta/ sistemática na proposição, planejamento, administração e organização de benefícios e serviços sociais ofertados pela Unidade.

Fonte: CMAS, 2022, s/p.

Por fim, as assistentes sociais entrevistadas apontaram como os principais desafios encontrados em seu cotidiano profissional, com relação ao ambiente interno da OSC, a participação dos usuários e seus familiares nas atividades oferecidas pelas instituições, bem como a necessidade de ampliação dos serviços; a pouca segurança institucional, de modo a possibilitarem às equipes técnicas, integrar um ambiente institucional coeso, assim como uma comunicação interna mais eficaz e eficiente.

Com relação ao ambiente externo, a necessidade da Rede Socioassistencial universalizar o uso de tecnologias para a realização de encaminhamentos; escassez de recursos humanos capacitados para a atuação no Terceiro Setor e de recursos financeiros para a realização de projetos, a necessidade de um maior envolvimento da Rede em prol do restabelecimento dos vínculos familiares de grupos específicos (idosos, pessoas com deficiência), da garantia e ampliação de direitos, vulnerabilidades diversas (social, alimentar, etc.) e sazonalidade no apoio dispensado pelo Poder Público às instituições.

Acerca do papel do assistente social na gestão de serviços sociais, foi pontuada a relativa autonomia a que é submetido este profissional, quando da realização de seu trabalho cotidiano. O engessamento da gestão institucional, a

dependência da decisão de instâncias superiores (conselho administrativo, por exemplo) imprime significativa limitação sobre a atuação deste profissional.

Com isso, não consegue incidir na ampliação dos serviços, tampouco, dar visibilidade ao Setor de Serviço Social, dentro da instituição. Ainda sugerem a necessidade de uma urgente mudança de paradigma, com relação ao modo como a gestão vê o profissional assistente social (estereótipos).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo, enquanto parte integrante do Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, do curso de Bacharelado em Serviço Social oportunizou a aproximação com um tema que é muito caro para os assistentes sociais: as Organizações da Sociedade Civil.

Foi a partir de iniciativas protagonizadas por elas que a profissão do serviço social, surgiu, ganhou força enquanto uma área do conhecimento dotada de todos os requisitos técnicos necessários a tal reconhecimento e se estabeleceu na sociedade, buscando sempre o aprimoramento da sua atuação, em consonância com o tempo que vive.

A despeito da construção do referencial teórico da pesquisa, obtido através da revisão sistemática, que precisou redesenhar seus descritores inúmeras vezes até chegar às produções que lhe interessavam, a metodologia da pesquisa de campo pode ser fielmente empregada. Trilou com facilidade os caminhos que levaram ao Conselho Municipal de Assistência Social, às OSCs, até chegar às assistentes sociais.

Foi motivo de grande alegria a receptividade com que nosso projeto de pesquisa foi recebido pela CMAS. Demonstraram estar sedentos por propostas desta natureza, onde a possibilidade de uma imersão de fato na realidade local poderia vir a contribuir com a efetividade das políticas públicas executadas pelo órgão. Do mesmo modo fomos recebidos pelas OSCs, ainda que tenhamos sentido a não participação de uma das entidades- OSC de acolhimento institucional, com faixa etária entre 0 e 14 anos, com usuários de ambos os sexos, mantida por uma fundação privada, de atual regional. Em que pese à reprodução da realidade local, a

ausência desta OSC não prejudicou o resultado do estudo, visto que do grupo focal objeto de análise, apenas uma não aderiu à proposta.

Apesar disso, destaca-se positivamente o envolvimento das assistentes sociais, que para além da prática cotidiana, viram nesta oportunidade, a possibilidade de envolverem-se ainda mais com as causas afetas à formação profissional. A possibilidade de analisar a conjuntura em que estão mergulhadas, e desta poder extrair novas possibilidades de atuação, parece ter contribuído para injetar novo ânimo no contexto laboral das assistentes sociais. Em sua maioria, apresentaram-se felizes por poder exprimir seus pensamentos de forma coletiva, sem o receio do apontamento individual, em face de sua posição no mundo do trabalho: ora sujeitos, ora objeto de sua própria atuação. A receptividade e conjugação de esforços entre as organizações e assistentes sociais, é algo que, para além da produção do conhecimento, ficará marcada.

No tocante às reflexões geradas ao longo da pesquisa, trazemos a lume, três destaques elencados a partir dos verbos de ação *ver*, *analisar* e *agir*.

Ver, no sentido de verificar as condicionalidades que levaram, 2 das 8 OSCs que encontravam-se com cadastro ativo junto ao CMAS no momento da pesquisa, a não terem assistentes sociais contratados, em suas equipes técnicas. Esse fato foi constatado logo no início da execução do percurso metodológico do estudo, razão pela qual não puderam figurar na investigação. Contudo, salientamos que este fato não deve pôr à prova a atuação do conselho em seu papel indutor, deliberativo e fiscalizador de recursos públicos destinados a execução de políticas públicas de assistência social, uma vez que por seus meios, contribui para gerar soluções (ainda que pontuais) para a falta destes profissionais junto às organizações. Este *ver* deve servir para desmistificar a realidade na qual estão inseridas as OSCs locais. A este estudo não cabe qualquer análise sobre este fato, apenas o registo para que em momento oportuno, seja possível debruçar-se sobre ele.

Analisar, no sentido da possibilidade de formar novas opiniões ou um novo conceito a respeito da práxis dos profissionais oriundos do ensino a distância, sejam eles das ciências sociais, ciências da natureza ou exatas. No contexto da pesquisa, as assistentes sociais vinculadas às OSCs objeto de análise, formaram-se na modalidade a distância, e são estas mesmas profissionais que vem, localmente, trilhando caminhos sólidos neste segmento da sociedade. É chegado o momento (ou

talvez já esteja quase passando da hora) de sistematizar essas práticas, de modo a contribuir com a desconstrução de estereótipos aos quais os assistentes sociais são submetidos- e se forem assistentes sociais formados na educação a distância, serão submetidos duas vezes.

Agir no sentido da adoção das medidas cabíveis ao espraio da prática profissional do assistente social, que não pode ser cerceada por relativa autonomia e engessamento institucional. Deve-se, em um movimento conjunto (assistentes sociais, organizações e órgãos de controle), agir para a retomada da autonomia preconizada pelo Código de Ética do Assistente Social (2012), por se tratar de um profissional liberal. Incidir efetivamente na elaboração, coordenação, supervisão, execução, avaliação de projetos, programas e planos da área de Serviço Social, da mesma forma que, na organização e administração de Unidades de Serviço Social, são áreas para as quais cabe, ao(a) assistente social voltar sua atenção, tendo em vista efetivar uma mudança de paradigma, em relação ao modo como a gestão vê o profissional assistente social (como exemplo, podemos citar o estereótipo do executor de tarefas determinadas por terceiros).

Mais que a realização de um mero levantamento de informações, o estudo ora realizado tem a possibilidade de se estabelecer um divisor de águas, entre o tempo em que este segmento profissional era visto e tratado de forma generalista, e o tempo de agora: *Quem são? Como estão organizados? Como pensam os (as) assistentes sociais inseridos nas organizações sociais do Município de Bagé?*

Em que pese já ter sido dito em momento oportuno, para além do alcance do objetivo geral e dos objetivos específicos deste trabalho, fica como legado, o levantamento de inúmeras outras questões acerca da atuação dos assistentes sociais, a serem aprofundadas, tendo em vista a produção de conhecimento sobre a realidade local e o fomento a uma consciência e prática profissional, críticas.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo.** Serv. Soc. Soc., São Paulo/ SP, n. 127, p. 456-475, 2016. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.080>. Acessado em 22/08/2022.

ALVES, Mario Aquino, MENDONÇA, Patrícia M. E., NOGUEIRA, Fernando do A., organizadores. **Arquitetura Institucional de Apoio às Organizações da Sociedade Civil no Brasil.** FGV/ PGPC, ISBN 970-85-87426-22-2. São Paulo, 2013, 256 p.

ALVES, Márcia Oliveira. **Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social: das origens aos dias atuais.** Curitiba/ SC, Intersaberes, 2017- Série Metodologia do Serviço Social.

APARECIDA AZOLIN DA SILVA, R.; GONÇALVES DA SILVA, F.; FENNER STORCH, M.; GOIN, M. **Movimento de Reconceituação do Serviço Social brasileiro: Bases Conceituais.** Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão, v. 3, n. 1, 3 fev. 2013. Disponível em <https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/SIEPE/article/view/62781>. Acessado em 25/08/2022.

BRASIL, **Lei n.º 3252, de 27 de agosto de 1957.** Brasília/ DF, Congresso Nacional, 1957. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3252impressao.htm. Acessado em 23/08/2022.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília/ DF, Congresso Nacional, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em 12/08/2022.

BRASIL, **Lei n.º 8.662 de 7 de junho de 1993.** Brasília/DF, Congresso Nacional, Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm#:~:text=LEI%20No%208.662%2C%20DE,\(Mensagem%20de%20veto\).&text=O%20PRESIDENTE%20DA%20REP%3%A9BLICA%20Fa%C3%A7o,as%20condi%C3%A7%C3%B5es%20estabelecidas%20nesta%20lei](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm#:~:text=LEI%20No%208.662%2C%20DE,(Mensagem%20de%20veto).&text=O%20PRESIDENTE%20DA%20REP%3%A9BLICA%20Fa%C3%A7o,as%20condi%C3%A7%C3%B5es%20estabelecidas%20nesta%20lei). Acessado em 22/08/2022.

BRASIL, **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** 10ª. ed. rev. e atual. Brasília/ DF, Conselho Federal de Serviço Social, 2012. 60 p. Disponível em https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acessado em 11/09/2022.

BRASIL, **Lei n.º 9.791 de 23 de março de 1999.** Brasília/ DF, Congresso Nacional, 1999. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9791.htm. Acessado em 10/08/2022.

BRASIL, **Lei n.º 13.019 de 31 de julho de 2014.** Brasília/ DF, Congresso Nacional, 2014. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm. Acessado em 10/08/2022.

BOULLOSA, Rosana de Freitas, organizadora. **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador/BA, Editora CIAGS/UFBA, 2014. 210 p. Série Editorial CIAGS, Coleção Observatório da Formação em Gestão Social. Disponível em https://acervo.enap.gov.br/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=51360&shelfbrowse_itemnumber=22462#shelfbrowser. Acessado em 18/08/2022.

Características Étnico-raciais da População - Classificações e identidades. PETRUCCELLI, José Luis. SABOIA, Anal Lucia, (organizadores). IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Série Estudos e Análises- Informação Demográfica e Socioeconômica, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>. Acessado em 09/09/2022.

CARVALHO, Fernando. **Práticas de planejamento estratégico e sua aplicação em organizações do Terceiro Setor**. USP, São Paulo, 2004. 204 p. Disponível em <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-11032005-222450/pt-br.php>. Acessado em 16/07/2022.

CFESS- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **O CFESS, Histórico**. Brasília/DF. Disponível em <https://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/o-cfess>. Acessado em 23/08/2022.

CFESS- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atribuições Privativas do/a Assistente Social: em questão**. Brasília/ DF, 2012, 72 p. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>. Acessado em 25/08/2022.

FALCONER, Andres Pablo. **A PROMESSA DO TERCEIRO SETOR - Um Estudo sobre a Construção do Papel das Organizações Sem Fins Lucrativos e do seu Campo de Gestão**. São Paulo/ SP, editora USP, 1999.

GIL, Antônio Carlos, 1946. **Como elaborar projetos de pesquisa**- 4ª ed. São Paulo, Atlas, 2002, 176 p.

GOMES, Kelinês. **Gestão no serviço social**. Curitiba, InterSaberes- Série Formação Profissional em Serviço Social, 2017, 230 p.

GUERRA, Y.; ORTIZ, F. S. G.; VALENTE, J.; FIALHO, N. **O debate contemporâneo da “Questão Social”**. III Jornada INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS , São Luís/ MA, 2007. Disponível em http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/mesas/31faf46bb74c9b64aa7dYolanda_fatima_Joana_Nadia.pdf. Acessado em 22/08/2022.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo**. Revista Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional, 2017, 37 p. Disponível em http://fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-2.pdf . Acessado em 13/07/2021.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. Revista Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais, 2018,

41 p. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/iamamoto-201804131241048556780.pdf>. Acessado em 22/07/2022.

IPEA, Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada. **Mapa das Organizações da Sociedade Civil**. Brasília, DF, 2020. Disponível em <https://mapaosc.ipea.gov.br/indicadores>. Acessado em 17/08/2022.

JUNIOR, Maiso Dias Alves et al. **Gestão nas Organizações do Terceiro Setor: Contribuição para um Novo Paradigma nos Empreendimentos Sociais**. São Paulo- SP, XXXIII Encontro da ANPAD, 2009. Disponível em <http://univirtus.uninter.com/ava/web/roa/?item=mctYAMovi%2brt8qwZuA9QNvQ13mfhemaRfSFauLfGmRGJSQvslSisSwwUqMN951%2bEN8xuJHHCOWE0G9Fz8%2fzSUOecCSmHt4KPBBDPzK2JUcz%2bhKAtYszYx4GO%2f2qZm16LSPo%2b0YdpOREdD%2ftiN%2flb%2bF8o0VhYy%2fnudFXZEpn14A%3d&id=3550534> . Acessado em 10/06/2020.

LOPES, Laís de Figueiredo. SANTOS, Bianca dos. BROCHARDT, Viviane. **Entenda o MROSC: Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: Lei 13.019/2014**. Brasília, Presidência da República, 2016. 130 p.

LOPEZ, organizador: Felix Garcia. **Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil**. Brasília. Ipea, 2018. 176 p. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33432. Acessado em 12/07/2022.

KAUCHAKJE, Samira. **Gestão pública de serviços sociais**. Curitiba/ SC, InterSaberes, 2012, 166 p. Série Gestão Pública.

MACHADO, Edneia Maria. **Questão Social: Objeto do Serviço Social?**. Serviço Social em Revista, Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina, volume 2- número 1. Londrina/ PR, UEL, 1998. Disponível em http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v2n1_quest.htm. Acessado em 22/08/2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MEDEIROS, Jussara Marques de. SVIERCOSKI, Valdeslei. **O sabor do saber científico: TCC no serviço social**. Curitiba, InterSaberes, 2020. Série Formação Profissional em Serviço Social.

MENDES, Jussara Maria Rosa; ALMEIDA, Bernadete de Lourdes Figueiredo de. **As recentes tendências da pesquisa em Serviço Social**. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n.º 120, 2014, p. 640-661. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.002>. Acesso em: 21/07/2022.

MOTA, Ana Elizabete. **Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 120, p. 694-705, out./dez. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n120/06.pdf>. Acessado em 13/06/2022.

MUNIZ, Pâmela Ieda Muniz, **A Política Prospectiva do Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil**. Anais da 13ª Mostra de Iniciação Científica- ISBN:978-65-86471-05-2, CONGREGA URCAMP. Bagé/ RS, p. , 2016. Disponível

em <http://revista.urcamp.edu.br/index.php/congregaanaismic/article/view/2520> .
Acessado em 12/07/2021.

OLIVEIRA, Vânia Aparecida Rezende de; CANCADO, Airton Cardoso; PEREIRA, José Roberto. **Gestão social e esfera pública: aproximações teórico-conceituais**. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro , v. 8, n. 4, p. 613-626. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512010000400004&lng=en&nrm=iso>/ <https://doi.org/10.1590/S1679-39512010000400004>. Acessado em: 6/12/2020.

OLIVEIRA, João Manuel de. NOGUEIRA, Conceição (organ.). **Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero**. Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, Lisboa/ Portugal, 316 p., 2010. ISBN: 978-972-597-326-4. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/64341/2/16034.pdf> . Acessado em 08/09/2022.

Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília/ DF, 2005. Disponível em https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em 25/08/2022.

Raça ou Cor- Conheça o Brasil- População. IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022. Disponível em <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acessado em 26/07/2022.

RAMOS PEREZ, Cristina; FERNANDEZ BATALLA, Marta; MONSALVO SAN MACARIO, Enrique. **Modelización de la diversidad sexual: una visión desde los modelos de cuidado**. Ene., Santa Cruz de La Palma , v. 12, n. 2, LCC3v12n2, 2018 . Disponível em <http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1988-348X2018000200009&lng=es&nrm=iso>. Acessado em 11/09/2022.

SANTOS, Ana Carolina Vaz dos. **O Trabalho do(a) Assistente Social em Organizações da Sociedade Civil**. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS. Porto Alegre, 2022, 146 f. Disponível em <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/10094>. Acessado em 25/07/2022.

Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília/ DF, 2005. Disponível em https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acessado em 15/08/2022.

TÉVOÉDJRÈ, Albert. **A Pobreza, riqueza dos povos**. Editora Vozes, 3ª edição, Petrópolis/ RJ, 2002, 205 p.

VERONEZE, Renato Tadeu. **Pesquisa em serviço social: dimensão constitutiva do trabalho do assistente social**. Curitiba, InterSaberes, 2020.

APÊNDICE A- ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS (ÀS) ASSISTENTES SOCIAIS

Olá Assistente Social!

O questionário que você acaba de acessar é parte integrante do Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado à disciplina e Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso - OTCC, do curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Internacional UNINTER, elaborado pela graduanda Pâmela Ieda Conceição Muniz, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel. Vincula-se à Escola Superior de Saúde, Biociência, Meio Ambiente e Humanidades, linha de pesquisa 4- Formação, Práticas e Identidade Profissional: Gestão de Serviços e Práticas Profissionais. O estudo é orientado pela Profª Esp. Maria Andrea Dias e resulta da estabelecida com a temática da "Gestão no Serviço Social" no curso do processo formativo.

Ele tem por finalidade levantar dados junto a Assistentes Sociais de OSCs- Organizações da Sociedade Civil que possuam cadastro ativo, no ano base de realização do estudo, no Conselho Municipal de Assistência Social. Trata-se de um questionário aplicado em meio eletrônico, semiestruturado, com questões abertas e fechadas. Ao final, os dados serão tabulados e analisados à luz do referencial teórico.

O levantamento das informações acima referido busca responder à seguinte indagação:

- Qual o papel do Assistente Social na gestão de Serviços Sociais ofertados por Organizações da Sociedade Civil do Município de Bagé/RS?

Para responder ao problema de pesquisa buscamos, através do objetivo geral, conhecer o papel do Assistente Social na gestão de Serviços Sociais ofertados em Organizações da Sociedade Civil do Município de Bagé/RS. De modo específico, conhecer a formação sócio-histórica das Organizações da Sociedade Civil, descrever o processo de trabalho do(a) assistente social e os espaços sócio-ocupacionais neste contexto e analisar a pesquisa sobre o papel do assistente social na gestão de serviços sociais no município de Bagé/ RS.

Agradecemos sua disponibilidade em responder a estas questões, contribuindo e reafirmando o compromisso da categoria com a formação profissional.

SOBRE O QUESTIONÁRIO: O primeiro bloco de questões visa obter informações acerca da finalidade da Organização, o segundo bloco sobre o perfil do Assistente Social e o terceiro, sobre sua atuação junto à gestão dos serviços sociais.

Pâmela Ieda Muniz, graduanda em Serviço Social*

Maria Andrea Dias, Professora Especialista**

Dúvidas e esclarecimentos poderão ser obtidas através dos contatos: pamelaiedamuniz@gmail.com ou pelo telefone 53999991675* ou and82m6@gmail.com ou pelo telefone 41988190302**.

QUESTÕES

- Nome da Organização
- Quantos (as) Assistentes Sociais atuam nesta Organização
- Data de fundação da Organização
- Natureza jurídica da Organização:
 - () Associação
 - () Cooperativa
 - () Fundação
 - () Instituto
 - () Outros
- Finalidade estatutária da Organização:
 - () Esporte
 - () Educação
 - () Saúde
 - () Cultura
 - () Assistência social
 - () Outros:
- Perfil do público assistido pela Organização:
- A estrutura administrativa da Organização é composta por:
 - () Setor Administrativo
 - () Financeiro
 - () Captação de Recursos
 - () Projetos
 - () Setor Técnico
 - () Outros:
- A estrutura de gestão da Organização é composta por:
 - () Assembleia Geral da Entidade com participação dos usuários
 - () Conselhos- Fiscal, Consultivo
 - () Reunião de Diretoria
 - () Reuniões de Equipe Técnica
 - () Reuniões de Planejamento
 - () Reuniões de Monitoramento
 - () Reuniões de Avaliação
 - () Reuniões de Sistematização
 - () Reunião com Usuários do Serviço
 - () Nenhuma
 - () Outros:
- Serviços Sociais prestados na Organização:
 - () Serviços de Proteção Social Básica
 - () Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade
 - () Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade
 - () Ações de Assessoramento, Defesa e Garantia de Direitos
 - () Benefícios
 - () Outros:

- Você Assistente Social, qual sua idade?
- Estado Civil
 - () Solteiro(a)
 - () Casado(a)
 - () União Estável(a)
 - () Separado(a)
 - () Divorciado(a)
 - () Viúvo(a)
- Como declara sua identidade de gênero
 - () mulher cis
 - () homem cis
 - () mulher trans
 - () homem trans
 - () gênero neutro
 - () prefiro não responder
 - () outro
- Como declara sua orientação sexual
 - () homossexual
 - () heterossexual
 - () bissexual
 - () prefiro não responder
 - () outro
- Como declara sua identidade étnica
 - () preto(a)
 - () branco(a)
 - () indígena
 - () amarelo(a)
 - () prefiro não responder
 - () outro
- Você declara praticar alguma religião? Se sim, qual?
- Em que ano concluiu a graduação em Serviço Social?
- Em que tipo de universidade/ faculdade concluiu a graduação em Serviço Social
 - () Universidade/ Faculdade Pública
 - () Universidade/ Faculdade Privada
 - () Outros:
- Em que modalidade realizou a graduação em Serviço Social
 - () Educação presencial
 - () Educação a distância
 - () Outra:

- Em qual cidade/ estado concluiu a graduação

() Bagé/ Rio Grande do Sul

() Outra:

- Sobre sua formação

Marque a opção desejada	Sim	Não	Faculdade pública	Faculdade privada	Educação presencial	Educação a distância
Pós- Graduação - Especialista						
Pós- Graduação - Mestrado						
Pós- Graduação - Doutorado						

- Caso deseje fazer alguma consideração ou destaque sobre seu processo formativo, utilize este espaço

- Há quanto tempo atua nesta Organização?

- Vínculo com a Organização?

- Carga horária de trabalho semanal nesta organização?

- Se possuir outro vínculo empregatício, informar quantas horas de trabalho semanal exerce além das realizadas nesta Organização:

- Faixa Salarial:

- É o seu primeiro emprego:

() Sim ou () Não

- Para que função/ finalidade foste contratado? _____

- Que função (de fato) desempenha na Organização? _____

- Sobre sua atuação na Organização

() Você é Assistente Social, *mas* atua na gestão da Organização

() Você é Assistente Social e *também* atua na gestão da Organização (acumula funções)

() Você é Assistente Social da Organização e *atua somente* na execução dos serviços

- De qual(is) instância(s) de gestão da organização você participa:

() Assembleia Geral da Entidade com participação dos usuários

() Conselhos- Fiscal, Consultivo

() Reunião de Diretoria

() Reuniões de Equipe Técnica

() Reuniões de Planejamento

- () Reuniões de Monitoramento
- () Reuniões de Avaliação
- () Reuniões de Sistematização
- () Reunião com Usuários do Serviço
- () Nenhuma
- () Outra:

- Em quais Serviços Sociais prestados na Organização, você atua

- () Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
- () Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas
- () Serviço Especializado em Abordagem Social
- () Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias
- () Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua
- () Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional
- () Serviço de Acolhimento Institucional - Casa-Lar
- () Serviço de Acolhimento Institucional - Casa de Passagem
- () Serviço de Acolhimento Institucional - Residência Inclusiva
- () Serviço de Acolhimento em República
- () Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora
- () Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências
- () Outros:

- Com relação a UNIDADE DE SERVIÇOS SOCIAIS EXISTENTE NA ORGANIZAÇÃO, você:

- () atua de forma direta/ sistemática no planejamento, organização e administração da Unidade
- () atua de forma indireta/ esporádica no planejamento, organização e administração da Unidade
- () não tem incidência na gestão da Unidade, apenas cumpre tarefas que lhes são delegadas por terceiros

- Com relação aos PLANOS E PROGRAMAS EXECUTADOS PELA UNIDADE DE SERVIÇO SOCIAL, você:

- () atua de forma direta/ sistemática na elaboração, coordenação e avaliação dos planos e programas da Unidade
- () atua de forma indireta/ esporádica na elaboração, coordenação e avaliação dos planos e programas da Unidade
- () não tem incidência na gestão dos plano e programas executados pela Unidade, apenas cumpre tarefas que lhes são delegadas por terceiros

- Com relação aos PROJETOS EXECUTADOS PELA UNIDADE DE SERVIÇO SOCIAL, você:

- () atua de forma direta/ sistemática na elaboração, coordenação e avaliação dos projetos executados na/ pela Unidade
- () atua de forma indireta/ esporádica na elaboração, coordenação e avaliação dos projetos executados na/ pela Unidade
- () não tem incidência na gestão dos projetos executados na/ pela Unidade, apenas cumpre tarefas que lhes são delegadas por terceiros

- Com relação aos SERVIÇOS SOCIAIS OFERTADOS PELA UNIDADE DE SERVIÇO SOCIAL INSTALADA NA ORGANIZAÇÃO, você:
 - () atua na proposição de novos serviços sociais a serem ofertados pela a Unidade
 - () atua de forma direta/ sistemática no planejamento, administração e organização dos serviços sociais ofertados pela Unidade
 - () atua de forma indireta/ esporádica no planejamento, administração e organização dos serviços sociais ofertados pela Unidade
 - () não tem incidência na gestão dos serviços sociais ofertados pela Unidade, apenas cumpre tarefas que lhes são delegadas por terceiros

- Com relação aos BENEFÍCIOS SOCIAIS QUE OS USUÁRIOS ACESSAM, você:
 - () atua na proposição/ busca de benefícios sociais
 - () atua de forma direta/ sistemática no planejamento, administração e organização de benefícios sociais
 - () atua de forma indireta/ esporádica no planejamento, administração e organização de benefícios sociais
 - () não trabalha com benefícios sociais

- Com relação a ESTUDOS E PESQUISAS REALIZADOS PELA UNIDADE DE SERVIÇO SOCIAL, você:
 - () atua na proposição, planejamento, organização de estudos e pesquisas na Unidade
 - () atua na execução de estudos e pesquisas na Unidade
 - () atua na supervisão, avaliação de estudos e pesquisas na Unidade
 - () a Organização não desenvolve estudos e pesquisas relacionadas aos serviços sociais da Unidade

- Quais são os principais desafios encontrados em seu cotidiano profissional?

- Com relação ao tema "Gestão no Serviço Social", quais são os principais desafios encontrados?

- Qual você acredita ser "o papel do(a) Assistente Social na gestão de serviços sociais em Organizações da Sociedade Civil"?

- Se a gestão plena da Unidade de Serviços Sociais não é feita por você, Assistente Social, quem faz?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que eu (nome do(a) Assistente Social, CRESS) concordei em participar da pesquisa de campo referente à pesquisa intitulado “GESTÃO NO SERVIÇO SOCIAL: O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS EM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO MUNICÍPIO DE BAGÉ/ RS” desenvolvida pela graduanda Pâmela Ieda Conceição Muniz. Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada pela Prof^a Esp. Maria Andrea Dias, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário via e-mail and82m6@gmail.com /fone 41 988190302.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é conhecer o papel do Assistente Social na gestão de Serviços Sociais em OSCs de Bagé/RS. De modo específico, conhecer a formação sócio-histórica das OSCs, descrever o processo de trabalho do assistente social e os espaços sócio-ocupacionais neste contexto e analisar a pesquisa sobre o papel do assistente social na gestão de serviços sociais no município de Bagé/ RS.

Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, conforme a Resolução 466/2012.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de questionário aplicado em meio eletrônico, semiestruturado, com questões abertas e fechadas. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e/ou seu (s) orientador (es) / coordenador (es).

Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse (a) estudo / pesquisa / programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Bagé, XX de agosto de 2022.

Assinatura do (a) participante: _____

Assinatura do (a) aluno (a) pesquisador (a): _____

Assinatura do (a) professor (a) orientador (a): _____